

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

MARIANA HANSEN GARCIA

**O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA**

Porto Alegre

2014

MARIANA HANSEN GARCIA

**O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciência Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Calvete

Porto Alegre

2014

MARIANA HANSEN GARCIA

**O TRABALHO NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciência Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cássio Calvete – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Augusto Maldonado Filho
UFRGS

Dra. Míriam De Toni
FEE

RESUMO

Os anos 1990 na América Latina foram marcados por altas taxas de desemprego e por um processo de precarização do trabalho. Em parte, essa deterioração do mercado de trabalho pode ser explicada pela implementação, naquele momento, de políticas de cunho neoliberal em quase todos os países latino-americanos. No início do século XXI, alguns desses países alteraram sua política econômica com a ascensão de governos de centro-esquerda e de esquerda. Concomitantemente, houve uma melhora generalizada nos indicadores de emprego. Nesse trabalho pretendemos verificar em que medida é possível vincular esses resultados à manutenção ou à reorientação da política econômica dos países. Para tanto, escolhemos três deles, Venezuela, Brasil e Colômbia, que acreditamos tenham praticado, nesse começo de século, distintas estratégias de desenvolvimento econômico.

Palavra-chave: Mercado de trabalho, taxa de desemprego, informalidade, salários, políticas neoliberais, América Latina

ABSTRACT

The 1990s in Latin America were marked by an expressive rate of unemployment and a process of precarization of labor. In part, this deterioration in the labor market can be explained by the implementation, at that moment, of neoliberal policies in almost all Latin-American's countries. In the early twenty-first century, some of these countries had changed their economic policy as a result of the rise of left and centre-left governments. Concomitantly, there was a general improvement in employment indicators. In this work we intend to examine to what extent it is possible to link these better results with the maintenance or the reorientation of economic policy in those countries. To verify this possible relation we chose three of them, Venezuela, Brazil and Colombia, which we believe have practiced at this early century, different economic development strategies.

Keywords: job Market, unemployment rates, informality, incomes, neoliberal policies, Latin America

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – taxa de crescimento PIB per capita da América Latina 1990-2000.....	20
Gráfico 2 - Taxa de desemprego na América Latina entre 1990 e 1999.....	26
Gráfico 3 - Taxa de desemprego aberto no Brasil, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB do Brasil entre 2003 e 2012	50
Gráfico 4 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total no Brasil entre 2000 e 2009.....	51
Gráfico 5 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) no Brasil entre 1993 e 2012.....	52
Gráfico 6 – Índice do salário mínimo real no Brasil entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100).....	53
Gráfico 7 – Índice do salário médio real no Brasil entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100).....	54
Gráfico 8 - Taxa de desemprego aberto na Colômbia, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB da Colômbia entre 2003 e 2012.....	57
Gráfico 9 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total na Colômbia entre 2000 e 2012.....	58
Gráfico 10 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) na Colômbia entre 1991 e 2012	59
Gráfico 11 – Índice do salário mínimo real na Colômbia entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)	60
Gráfico 12 – Índice do salário médio real na Colômbia entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)	61
Gráfico 13 - Taxa de desemprego aberto na Venezuela, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB da Venezuela entre 2003 e 2012.....	65
Gráfico 14 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total na Venezuela entre 1999 e 2012.....	66
Gráfico 15 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) na Venezuela entre 1992 e 2012	67
Gráfico 16 – Índice do salário mínimo real na Venezuela entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)	68

Gráfico 17 – Índice do salário médio real na Venezuela entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)	69
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita a preços constantes entre 1990 e 1999 em países da América Latina	20
Tabela 2 - Índice de Gini em países da América Latina entre 1990 e 1999	22
Tabela 3 - Distribuição percentual da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos em países da América Latina entre 1990 e 1999	23
Tabela 4 - Taxas de desemprego aberto urbano (taxas anuais médias) em países da América Latina entre 1990 e 1999.....	27
Tabela 5 - Porcentagem de empregos no setor formal e no setor informal nos países da América Latina entre 1990 e 1999.....	29
Tabela 6 – Índice do salário mínimo real nos países da América Latina (índice 2000 = 100) entre 1990 e 2000	32
Tabela 7 – Índice do salário médio real nos países da América Latina (índice 2000 = 100) entre 1990 e 2000	32
Tabela 8 - Taxa de crescimento do PIB anual a preços constantes de países da América Latina entre 2003 e 2009	42
Tabela 9 - Índice de Gini no Brasil, na Colômbia, Venezuela e a média simples da América Latina entre 2002 e 2012	72
Tabela 10 - Distribuição percentual da renda (20% mais ricos e 20% mais pobres) no Brasil, na Colômbia e na Venezuela entre 2001 e 2009	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	13
2.1 Globalização, financeirização da economia e a reestruturação produtiva.....	13
2.2 O neoliberalismo na América Latina	16
2.3 Desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho	24
3 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA NO SÉCULO XXI E AS MUDANÇAS NO CONTEXTO ECONÔMICO	34
3.1 Ascensão de governos críticos ao modelo neoliberal	34
3.2 Modelos de desenvolvimento em disputa: ruptura, restrição ou aprofundamento?	36
3.3 Contexto econômico da América Latina em princípios do século XXI.....	41
4 AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS GOVERNOS DA COLÔMBIA, DO BRASIL E DA VENEZUELA E OS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO	45
4.1 Brasil	47
4.2 Colômbia	54
4.3 Venezuela	61
4.4 Uma análise comparada.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho na América Latina neste início de século XXI está diante de transformações. Após o processo de precarização do trabalho nos anos 1990, os países latino-americanos vêm mostrando reconquistas nos níveis de emprego e melhoras nas condições de trabalho no continente.

De acordo com o Panorama Laboral da OIT de 2012, a América Latina apresentou melhorias nos indicadores do mercado de trabalho na primeira década do século XXI, diferentemente dos países desenvolvidos. O estudo mostra que “a taxa de desemprego continua caindo, os salários reais aumentam, há progressos na expansão do trabalho formal e avança a cobertura da seguridade social” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012, p.5).

Os efeitos perversos das políticas neoliberais do final do século passado para a classe trabalhadora no centro e sul do continente geraram uma grande rejeição por parte da população a essa forma de condução da economia e da política (ANTUNES, 2011; POCHMANN, 2008). Assim, no início dos anos 2000 as forças políticas críticas ao modelo neoliberal se avigoraram, o que, em alguns países, levou à eleição de governos de centro-esquerda (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014). Esses países buscam agora uma alternativa ao paradigma neoliberal do final do século passado, recuperou-se a importância da regulamentação do trabalho e a flexibilização passou a ser questionada.

Assim enquanto nos anos 90 a linha ideológica do neoliberalismo estava presente na quase totalidade das políticas econômicas dos governos latino-americanos. Agora diferentemente, no início do século XXI há três correntes principais que guiam as decisões políticas e econômicas nos países da América Latina (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014; TOLEDO; NEFFA, 2010). Sendo assim, essas diferentes políticas terão impactos diversos no mercado de trabalho dos países.

Em síntese, acreditamos que essas mudanças no mercado de trabalho no início do século XXI ocorreram, em parte, como uma resposta dos governos aos impactos negativos das políticas neoliberais com relação ao trabalho. Supomos também que essas modificações se deram em diferentes níveis entre os países do continente.

Desta forma, agrupamos as principais economias latino-americanas em três blocos de países com base em estudos de Iglecias, Cardoso e Streich (2014), Toledo e Neffa (2010) e Elicabide (2013):

- a) países com governos *críticos ao capitalismo* que buscam uma *ruptura completa* com o modelo neoliberal (entre eles Venezuela, Bolívia, Equador);
- b) países em que o governo buscou *restringir as políticas neoliberais e amenizar os seus efeitos no mercado de trabalho* (entre eles Brasil, Uruguai e Argentina);
- c) países nos quais o governo *aprofundou o modelo neoliberal* (entre eles Colômbia e México).

O objetivo principal deste estudo é compreender a relação entre as diferentes estratégias de desenvolvimento em disputa no início do século XXI e as mudanças no mercado de trabalho na América Latina.

Para isso, será necessário entender questões relacionadas às estratégias de desenvolvimento dos governos e o mercado de trabalho no período anterior e posterior a essas novas estratégias. Portanto, nossos objetivos secundários são estudar as consequências do modelo neoliberal dos anos 1990 para o mercado de trabalho na América Latina, observar a forma como ocorreram os movimentos de ruptura e de manutenção das políticas neoliberais, entender o diferente papel do Estado nos anos 1990 e nos anos 2000 e analisar as mudanças no mercado de trabalho neste início de século XXI.

Acreditamos que há uma relação entre as Estratégias de Desenvolvimento dos países na América Latina e as mudanças no mercado de trabalho no início do século XXI. Nossa hipótese é a de que os países que mantiveram as políticas neoliberais apresentam piores resultados nas relações de trabalho do que aqueles que buscaram se afastar da doutrina neoliberal. Além disso, acreditamos que há diferenças no mercado de trabalho dos países que restringiram e aqueles que romperam com o neoliberalismo, no caso destes últimos haveria uma preocupação com a emancipação do trabalhador, ou seja, com o fim da exploração do trabalho. Já os primeiros, que buscaram restringir o modelo neoliberal, teriam como foco das políticas para trabalho o combate ao desemprego e o aumento do nível de renda.

É importante destacar que a escolha da América Latina como universo a ser estudado se deve ao fato de os países do continente terem tido trajetórias similares na formação do mercado de trabalho. Além disso, suas modificações ao longo do tempo, até as políticas neoliberais implantadas nos anos 1990 tiveram consequências parecidas para os trabalhadores latino-americanos (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014; ANTUNES, 2011).

Iremos comparar as mudanças no mercado de trabalho da Colômbia, do Brasil e da Venezuela, como exemplo dessas diferentes políticas que vigoraram nos países latino-americanos. Procuraremos observar as rupturas e as manutenções das políticas neoliberais no continente e como estas medidas impactaram no mercado de trabalho.

No primeiro capítulo após a introdução, iremos abordar as visões de alguns autores que tratam da precarização do mercado de trabalho na América Latina devido às políticas neoliberais de flexibilização e desregulamentação do trabalho. Será utilizada revisão bibliográfica e análise de alguns dados que exemplifiquem a precarização do trabalho no continente.

Consideramos que o receituário neoliberal já está presente na América Latina desde os anos 70, com as ditaduras de Pinochet e Videla - respectivamente no Chile e na Argentina - porém é após o Consenso de Washington que estas políticas se fortalecem e são expandidas pelos países do continente. Assim, mostraremos no primeiro capítulo como essas políticas contribuíram para a degradação do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e do emprego informal, além da perda de garantias trabalhistas e sociais no período. Obviamente, serão considerados os impactos da globalização, da reestruturação produtiva e da financeirização da economia no mercado de trabalho latino-americano.

No capítulo seguinte será tratada a mudança de conjuntura na América Latina a partir dos anos 2000. A volta do protagonismo do Estado e a descrença no pensamento neoliberal em boa parte dos países latino-americanos, juntamente com a ascensão de governos de centro-esquerda em alguns países que irão marcar a transição para o século XXI na América Latina. Considerando este contexto, serão analisadas as diferentes estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos latino-americanos. Também será avaliado, o cenário internacional favorável aos países latino-americanos e a recuperação do crescimento econômico.

Finalmente, faremos uma comparação entre as mudanças no mercado de trabalho no início do século XXI na Colômbia, no Brasil e na Venezuela. Assim, buscaremos investigar como as diferentes estratégias de desenvolvimento impactaram no mercado de trabalho destes países. Para avaliar o mercado de trabalho serão consideradas as seguintes variáveis: taxa de desemprego, informalidade e remuneração. Buscaremos comparar os dados que mostram o desempenho do mercado de trabalho destes países com as medidas de política econômica adotadas por eles. O objetivo é ponderar semelhanças e diferenças e o impacto disso para os trabalhadores das diferentes estratégias de desenvolvimento.

2 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Nos anos 90 podemos afirmar que o paradigma neoliberal esteve presente na quase totalidade dos países latino-americanos. Desde os anos 70, a ditadura de Pinochet, no Chile, já havia introduzido o receituário neoliberal, porém é no contexto da “crise da dívida” nos países latino-americanos e após o Consenso de Washington (1989) que estas políticas se fortalecem e são expandidas pelos países do continente.

Para entender os desafios que foram postos no mercado de trabalho na América Latina neste início do século XXI é preciso antes compreender as mudanças ocorridas no século passado com relação à política econômica no continente.

Sendo assim, na primeira seção será discutida a ascensão do discurso neoliberal no contexto internacional, além disso, iremos apresentar brevemente como o processo de globalização, financeirização e reestruturação produtiva transformou o capitalismo mundial e conseqüentemente suas relações de trabalho. Na segunda seção, será visto como o modelo neoliberal se expandiu pelos países da América Latina e suas conseqüências para a economia e para a distribuição de renda desses países. Por último, na terceira seção serão abordados a flexibilização do trabalho e a desregulamentação do mercado de trabalho. Buscaremos compreender como a nova estruturação do mercado de trabalho latino-americano aliada às reformas no mercado de trabalho e às políticas de ajuste levaram a deterioração do emprego no continente.

2.1 GLOBALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O paradigma neoliberal no contexto mundial está relacionado com a crise da acumulação do capital dos anos 1970 na qual o Estado de bem-estar social baseado nas políticas Keynesianas passou a ser questionado. Naquele momento, voltaram aos debates ideais liberais que pregavam a não intervenção do Estado na economia e a defendiam a desregulamentação do mercado (CALVETE, 2000; HARVEY, 2012).

O colapso econômico dos anos 1970 se caracterizou por uma crise de superprodução seguida de uma redução na taxa de lucro dos capitalistas (CARCANHOLO, 2008). Assim o neoliberalismo foi apresentado como o modelo que deveria ser utilizado para a recuperação da acumulação do capital. Carcanholo (2008) identifica três práticas defendidas no período para tentar recompor as taxas de lucro: redução de custos salariais, através, principalmente, da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho; reformas fiscais visando diminuir os tributos que incidiam sobre os lucros, com a justificativa de que estes rendimentos poderiam financiar os investimentos; e uma reestruturação produtiva buscando aumentar a produção de excedente, através da diminuição do tempo de rotação do capital (CARCANHOLO, 2008, p.251).

Entretanto, “a neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global” (HARVEY, 2012, p.27). Ao mesmo tempo, a implantação das práticas neoliberais exerceu um papel de recuperação do poder das classes dominantes economicamente e em alguns países criou condições para que surgisse essa nova elite econômica. Assim, para Harvey (2012), a alegação de que o neoliberalismo era uma tentativa de reorganização do capitalismo servia exclusivamente para legitimar o objetivo que se visava com o neoliberalismo: restaurar o poder da classe capitalista¹.

Corsi (2010) compartilha essa visão. Para ele, o neoliberalismo se manifestou em parte como uma reação das elites à organização dos movimentos sociais, buscando barrar o avanço das lutas sociais, “As classes dominantes, temerosas em relação a esses avanços e ao desfecho que a luta de classes poderia ter, unificaram-se e buscaram implementar uma nova disciplina através do mercado” (CORSI, 2010, p.26).

A expansão do sistema financeiro foi um dos fatores que permitiu a restauração do poder das elites, ao passo que os capitalistas transferiram parte do seu capital para o mercado financeiro (HARVEY, 2012). O processo de financeirização da economia acompanhou a reação à crise de superprodução. Já que o capital não estava se valorizando na esfera produtiva, buscou-se outro espaço

¹ Assim o neoliberalismo permitiu restaurar o poder da classe capitalista, porém de forma reestruturada, pois surgem novos setores, como por exemplo, o setor financeiro. Ver Harvey (2010).

para o excesso de capital, sendo este o mercado financeiro (CARCANHOLO, 2008). Assim, “Não é por acaso que os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças tenham sido acelerados nesse momento”, (CARCANHOLO, 2008, p.251).

Observou-se, no período neoliberal, a expansão do poder político das instituições financeiras que passaram a ter influência em todos os espaços, não apenas econômicos como também políticos, inclusive sobre os próprios Estados, que se tornaram cada vez mais atrelados e dependentes do sistema financeiro (HARVEY, 2012; CALVETE, 2009). Como ressalta Calvete (2009), naquele momento, a financeirização se expandiu tanto nos espaços internos, como externamente, abarcando as economias de países do mundo inteiro.

A mundialização financeira impôs a participação de todos os países. A crescente mobilidade de capitais no plano internacional, associada à adoção de taxas de juros flutuantes, que torna errática a posição financeira das nações, também exigiu a liberalização financeira dos países emergentes (CALVETE, 2009, p.3).

Além de incentivar o processo de financeirização da economia, a ideologia neoliberal também cria um ambiente favorável aos processos de internacionalização do capital produtivo e de reestruturação da produção (ARAÚJO; TROVÃO, 2009). Esses três movimentos interligados influenciaram sobremaneira o mercado de trabalho no fim do século XX, como será estudado na próxima seção. Como afirma Corsi (2008),

As políticas neoliberais ganharam terreno nessa nova fase do capitalismo e foram um dos elementos importantes para impulsionar os processos de internacionalização das finanças e das atividades produtivas, que afetaram, sobretudo, os trabalhadores e as políticas de crescimento econômico na periferia (CORSI, 2008, p.2).

O movimento de globalização da economia trouxe consequências para o mercado financeiro permitindo sua expansão. Ao mesmo tempo, a globalização também impactou o lado produtivo da economia, ao impor padrões de “produção, tecnologia, organização e consumo” de uma minoria hegemônica para o resto do mundo, o que tornou ainda mais gritante a dominação dos países do centro sobre os da periferia (ARAÚJO; TROVÃO, 2009; CARCANHOLO, 2008). Além disso, esta

internacionalização do capital somado à desregulamentação pregada pelo neoliberalismo propiciou o deslocamento do emprego para locais onde o custo da mão-de-obra era inferior (ARAÚJO; TROVÃO, 2009; KREIN, 2001).

A reestruturação produtiva compreende uma mudança do modelo de produção anterior, “fordista”, que juntamente com o do Estado de Bem-Estar Social foi considerado ultrapassado, para um modelo de produção flexível. Como o nome mesmo induz, esta nova forma de acumulação se baseia na flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho. Assim, as empresas buscam se tornar enxutas, visando reduzir seus custos, passando assim a terceirizar e sub-contratar funcionários (KREIN, 2001).

A compreensão deste conjunto de transformações no capitalismo mundial (financeirização, globalização e reestruturação produtiva) irá facilitar a compreensão das mudanças ocorridas no mercado de trabalho latino-americano após a implantação das práticas neoliberais.

2.2 O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

O primeiro lugar onde se pôs em prática o modelo neoliberal foi na América Latina. Em 1974, após o golpe liderado pelo general Pinochet, o governo do Chile passou a adotar uma série de medidas neoliberais recomendadas por um grupo de economistas chilenos que ficaram conhecidos como Chicago Boys², pois haviam ido estudar na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, onde se familiarizaram com a teoria neoliberal. Entre as medidas indicadas pelos Chicago Boys estava uma série de privatizações, a desregulamentação e a internacionalização da exploração dos recursos naturais, além da liberalização do comércio (HARVEY, 2012).

O golpe, seguido desta virada econômica, foi uma resposta da elite econômica chilena às políticas de cunho socialista do presidente Salvador Allende. O que estava em jogo era a restauração do poder das elites e a desarticulação dos movimentos sociais. Como posiciona Harvey (2012), o governo chileno após o golpe,

² A escola de economia na Universidade de Chicago era referência na defesa do livre-mercado. Entre os principais professores da “escola de Chicago” estavam os economistas Milton Friedman e Geroge Stigler. Os Chicago Boys estudaram na Universidade de Chicago através de um convênio entre a universidade dos Estados Unidos e a Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi 'liberado' de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo) (HARVEY, 2012, p.17).

Nos demais países da América Latina, as práticas neoliberais vieram no fim dos anos 1980 em resposta à “crise da dívida”, que vinha acompanhada de processos inflacionários e de baixas taxas de crescimento econômico. Nesse contexto os governos latino-americanos foram levados a adotar medidas recomendadas pelos órgãos de financiamento internacional, como o FMI e o Banco Mundial (BANDEIRA, 2002).

O choque de juros do governo americano³, que impactou nas taxas de juros internacionais, havia complicado a situação dos países com altas dívidas externas, pois os juros pagos eram flutuantes, assim as dívidas tiveram um aumento substancial em um período curto de tempo. Altamente endividados e desacreditados no mercado internacional de empréstimos, os países latino-americanos viram secar suas fontes de financiamento externas, ao mesmo tempo em que transferiam seus recursos para o exterior para pagar os juros da dívida, (ARAÚJO; TROVÃO, 2009, p.7).

Como podemos observar, no fim dos anos 1980, os países da América Latina se deparam com a abertura comercial e financeira e a reestruturação de processos produtivos em um momento no qual estavam extremamente fragilizados devido ao grande endividamento externo e a instabilidade econômica. Dessa forma, como mostra Corsi (2010), os governos enfrentavam dificuldades em se adaptar ao novo contexto político e econômico.

A predominância de governos conservadores impediu, naquele momento, um enfrentamento com o grande capital internacional em particular no que diz respeito a questão da dívida externa. Nessas circunstâncias, os países latino-americanos não tinham condições de implementar com um maior grau de autonomia programas de desenvolvimento para incorporar as novas tecnologias, enfrentar os problemas estruturais e enfrentar as mudanças em curso na economia mundial. As classes dominantes paulatinamente se aglutinaram em torno do projeto neoliberal (CORSI, 2010, p.31).

³ Aumento substancial dos juros nos Estados Unidos, devido ao segundo choque do petróleo (1979)

Portanto, no final da década de 1980 e início dos anos 1990 os governos latino-americanos abandonaram os projetos desenvolvimentistas e passaram a adotar políticas macroeconômicas pregadas pelo Consenso de Washington. Entre os países que vestiram o receituário neoliberal podemos citar o México, no governo de Carlos Salinas que havia sido eleito em 88, a Argentina, com Carlos Menem, a Venezuela, com Carlos Andrés Perez, o Peru, com Alberto Fujimori, o Brasil no governo de Fernando Collor e, posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Consenso de Washington é como ficou popularmente conhecido os encaminhamentos de uma reunião que aconteceu na capital dos Estados Unidos em 1989 - intitulada "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?" - e que visava discutir os rumos da América Latina. Participaram do encontro economistas de oito países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia), representantes do FMI, do Banco Mundial, do BID, além do próprio governo norte-americano (BANDEIRA, 2002; BATISTA, 1994). É claro que esse interesse dos Estados Unidos estava relacionado à diminuição da capacidade de importar dos países latino-americanos e, principalmente, à dificuldade desses países em continuar pagando suas dívidas aos credores norte-americanos (BANDEIRA, 2002).

O ajuste estrutural proposto foi sintetizado pelo economista John Williamson, que apresentou dez eixos principais para a reforma econômica dos países latino-americanos (BANDEIRA, 2002):

- a) disciplina fiscal;
- b) redução dos gastos públicos, com o objetivo de gerar superávits para conseguir cumprir com os juros da dívida;
- c) reforma tributária;
- d) liberalização financeira;
- e) câmbio de mercado (taxas de câmbio competitivas, favorável às exportações);
- f) abertura comercial com a redução de tarifas alfandegárias;
- g) incentivo ao investimento direto estrangeiro;
- h) privatização de empresas estatais;

- i) desregulação da legislação trabalhista e de leis que tratam de questões econômicas; e
- j) propriedade intelectual⁴.

A redução do papel do Estado e a abertura, tanto comercial como financeira, eram premissas para a renegociação da dívida externa junto às agências financeiras internacionais. Os países latino-americanos acabaram dependendo dos financiamentos do BIRD para a realização de projetos internos, desta forma tiveram que submeter “suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional, por meio de condicionalidades” (BANDEIRA, 2002, p.136).

A classe dominante latino-americana comprou a ideia de que a crise econômica pela qual seus países estavam passando estava relacionada às políticas nacionalistas e desenvolvimentistas dos governos e à participação ativa do Estado na economia. Nesta visão, no caso latino-americano a solução estaria nas políticas neoliberais com o afastamento do Estado das políticas macroeconômicas abrindo mão da autonomia nacional ao “transferir essa grave responsabilidade (políticas macroeconômicas) a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios” (BATISTA, 1994, p.9). Facilmente a ideologia neoliberal se espalhou, “Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal” (BATISTA, 1994, p.9).

Convenientemente às classes dominantes, os proponentes do Consenso de Washington não tinham propostas para questões centrais para os países latino-americanos no âmbito social, como educação, saúde, distribuição da renda e eliminação da pobreza. Na visão neoliberal, as melhoras nestes aspectos viriam “naturalmente” após a implantação das políticas liberalizantes, (BATISTA, 1994). O livre mercado trataria de alocar da melhor forma a economia e isto iria refletir positivamente nas questões sociais que preocupavam os latino-americanos.

Entretanto, o que se verificou na América Latina após o chamado “ajuste estrutural” foram baixas taxas de crescimento econômico e aumento das

⁴ Com relação à propriedade intelectual, o Consenso de Washington recomendava que os países da América Latina modificassem imediatamente a legislação de forma a garantir a proteção de direitos autorais.

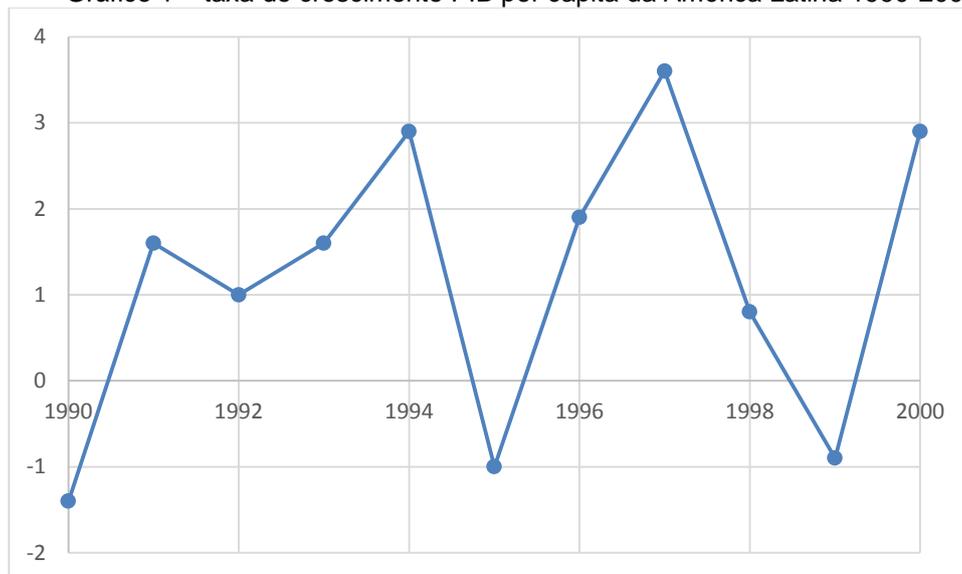
desigualdades. A taxa média de crescimento do PIB per capita na região foi de 1,01% ao ano entre 1990 e 1999. Sendo ainda em três desses anos o PIB teve variação negativa, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita a preços constantes entre 1990 e 1999 em países da América Latina

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	-3.2	9.1	8.1	4.3	4.5	-4.0	4.2	6.8	2.6	-4.5
Bolívia	2.3	2.9	-0.7	1.9	2.3	2.3	2.1	2.7	2.8	-1.7
Brasil	-6.1	-0.6	-2.1	3.3	4.2	2.6	0.6	1.8	-1.5	-1.2
Chile	1.9	6.0	10.2	5.0	3.9	8.8	5.8	5.1	1.9	-2.0
Colômbia	2.2	0.4	2.4	3.8	3.2	3.3	0.2	1.6	-1.2	-5.8
Costa Rica	0.9	-0.3	6.5	4.8	2.2	1.4	-1.6	2.9	5.7	5.6
Equador	1.3	1.9	-0.2	-0.3	2.0	0.1	-0.4	2.2	1.2	-6.6
El Salvador	3.4	2.1	5.9	5.7	4.5	5.1	0.7	3.4	3.0	2.8
Guatemala	0.8	1.3	2.4	1.5	1.6	2.5	0.6	2.0	2.6	1.5
México	3.0	2.1	1.4	-0.2	2.3	-7.9	3.4	5.2	3.5	2.3
Panamá	5.8	7.2	6.0	3.3	0.8	-0.3	0.7	4.3	5.2	1.8
Paraguai	0.4	-0.1	-0.8	2.4	2.8	4.4	-0.7	2.0	-2.1	-3.4
Peru	-7.3	0.8	-2.4	2.8	10.8	6.7	0.7	5.0	-2.3	-0.7
Uruguai	-0.4	2.8	7.1	1.9	6.5	-2.1	4.9	4.3	3.9	-3.4
Venezuela	3.9	7.2	3.6	-2.0	-4.5	1.8	-2.3	4.2	-1.7	-7.8
América Latina	-1.4	1.6	1.0	1.6	2.9	-1.0	1.9	3.6	0.8	-0.9

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Gráfico 1 – taxa de crescimento PIB per capita da América Latina 1990-2000



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

A desigualdade de renda aumentou na América Latina entre 1990 e 1999. O coeficiente de Gini⁵, que mede a distribuição de renda, da maioria dos países latino-americanos apresentou crescimento. O aumento mais significativo foi no Equador onde o valor do coeficiente de Gini atingiu o valor de 0,545 (áreas urbanas). O Brasil, entre os países latino-americanos, foi o que apresentou o maior valor do índice em 1999 chegando a 0,640. A média latino-americana também teve aumento.

⁵ O coeficiente de Gini mede a desigualdade de distribuição de renda, onde 0 representa a completa igualdade de renda (onde todos os indivíduos recebem a mesma porcentagem da renda) e 1 a total desigualdade de renda (onde um indivíduo possui toda a renda).

Tabela 2 - Índice de Gini em países da América Latina entre 1990 e 1999

Argentina - urbana	
1990	0,501
1999	0,539
Bolívia - urbana	
1992	0,533
1999	0.504
Brasil - nacional	
1990	0,627
1999	0,64
Chile - nacional	
1990	0,554
1998	0,56
Colômbia - nacional	
1991	0,531
1999	0,572
Costa Rica - nacional	
1990	0,438
1999	0,473
Equador - urbana	
1990	0,461
1999	0,526
México - nacional	
1992	0,542
1998	0,539
Paraguai - urbana	
1990	0,447
1999	0,496
Uruguai - urbana	
1990	0,492
1999	0,44
Venezuela - nacional	
1990	0,471
1999	0,498
América Latina - urbana (média simples)	
1990	0,509
1999	0,515

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Outra forma de ilustrar as desigualdades de renda é através da análise da distribuição da distribuição percentual da renda, comparando a renda do quintil mais pobre com o quintil mais rico da população. Se observarmos a tabela a seguir, que mostra a porcentagem da renda dos 20% mais pobres da população e os 20% mais ricos, também podemos notar o movimento de concentração de renda. Na maioria

dos países entre 1990 e 1999 houve diminuição da porcentagem da renda da população mais pobre e aumento da renda na proporção dos 20% mais ricos.

Tabela 3 - Distribuição percentual da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos em países da América Latina entre 1990 e 1999

	20% mais pobres	20% mais ricos
Argentina		
1991	4.98	52.28
1999	3.53	54.15
Bolívia		
1991	5.62	48.23
1999	1.33	60.27
Brasil		
1992	2.50	57.62
1999	2.20	63.78
Chile		
1992	3.83	60.06
1998	3.51	60.69
Colômbia		
1991	3.61	55.78
1999	2.04	62.39
México		
1992	4.04	56.02
1998	4.04	53.83
Paraguai		
1995	2.37	61.74
1999	2.21	60.29
Peru		
1994	4.88	50.38
1999	2.75	60.72
Uruguai		
1992	5.71	46.28
1998	4.70	49.10
Venezuela		
1992	5.06	47.70
1999	3.82	52.36

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

A análise das duas tabelas anteriores nos permite enxergar o aumento das desigualdades na América Latina no período neoliberal. Acreditamos que este aprofundamento das desigualdades está relacionado ao mau desempenho do mercado de trabalho nos países latino-americanos como será visto na próxima seção. Assim, podemos considerar que as políticas neoliberais seguidas pela quase totalidade da América Latina foram concentradoras de renda e tiveram efeitos negativos para a classe trabalhadora.

2.3 DESREGULAMENTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A tentativa de adaptação dos países latino-americanos ao contexto de globalização, financeirização e reestruturação produtiva dentro dos preceitos da ideologia neoliberal, levaram à desregulamentação das relações trabalhistas e à flexibilização do mercado de trabalho, com reflexos negativos para a classe trabalhadora. Assim, nos anos 90, se verificou na América Latina um aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho, deteriorando as condições de vida dos trabalhadores.

Para compreendermos como a desregulamentação e a flexibilização das relações trabalhistas impactam no mercado de trabalho, vamos primeiramente compreender estes dois conceitos. A *desregulamentação* está relacionada à perda de direitos trabalhistas conquistados em períodos anteriores, seja através da legislação ou de novas formas de contrato. Já a *flexibilização* é um termo mais abrangente, e pode até mesmo estar relacionada à alterações positivas no âmbito trabalhista. Entretanto, a flexibilização que ocorreu nos anos 1980 e 1990, esteve vinculada ao aumento do poder da empresa com relação ao trabalhador. Ou seja, maior flexibilidade para a empresa, de acordo com suas necessidades, adaptar as relações de trabalho. Desta forma, o salário, o tempo de trabalho e até mesmo o emprego são adaptáveis às condições da empresa dado o contexto econômico de cada período (KREIN, 2001).

Assim, na visão de Krein (2001), há uma tentativa, bem sucedida, de passar do âmbito público para o privado as decisões laborais. Desta forma, não cabe mais a sociedade acordar sobre como se darão as relações trabalhistas e sim cada empresa individualmente com relação ao seu funcionário. Ao mesmo tempo, enquanto as empresas visam diminuir suas responsabilidades com os funcionários, esperam o oposto deles. Com isso, os trabalhadores passam a ser considerados colaboradores, parceiros das empresas, e logo suas condições de trabalho irão depender do desempenho da empresa. Krein (2001) irá definir essa relação como uma *cooperação forçada*, na qual a empresa visa “mobilizar as competências dos trabalhadores de forma cooperativa, oferecendo, em contrapartida, condições de

trabalho até mesmo piores do que aquelas anteriormente praticadas” (KREIN, 2001, p.21).

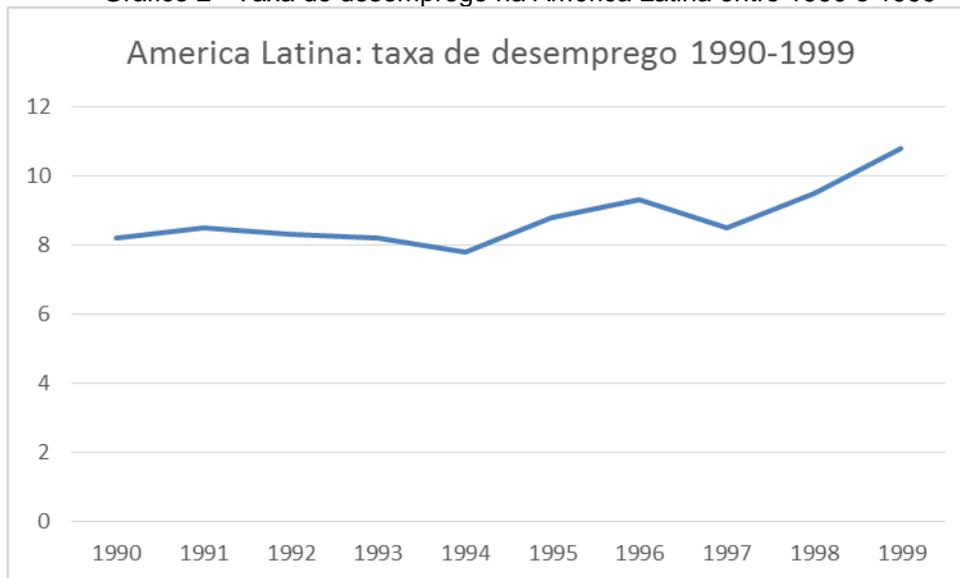
Na lógica liberal, a redução dos custos trabalhistas incentivaria as empresas a contratarem mais trabalhadores “quanto menos intervenções institucionais (governo, sindicatos, leis trabalhistas) maior tende a ser a eficiência de alocação no mercado de trabalho” (CARCANHOLO, 2000, p.1). Na prática o que ocorreu foi diferente, essas medidas não levaram a um aumento do emprego. Para Abramo (2001), o que houve na América Latina foi justamente uma situação inversa, pois as empresas buscaram reduzir o emprego para “aumentar la productividad y recuperar los márgenes de ganancia, particularmente en el sector industrial” (ABRAMO, 2001, P.147). Assim, para a autora, fica clara a relação das altas taxas de desemprego com o baixo crescimento económico e as políticas de ajuste, além da instabilidade económica e da redução do emprego público que ocorreu na maioria dos países latino-americanos, (ABRAMO, 2001).

Carcanholo (2000) segue um raciocínio similar. Para ele, a justificativa de não ter ocorrido um aumento na oferta de emprego está relacionada à expectativa das firmas. Dado o cenário na época de ajuste fiscal e com elevadas taxas de juros, as empresas não esperavam um aumento de demanda por seus produtos. Assim, elas não encontravam necessidade de ampliar os postos de trabalho, pois não vislumbravam um crescimento na produção.

No gráfico abaixo está representado o movimento das taxas médias de desemprego⁶ na América Latina. Como é visível, há uma tendência de crescimento do desemprego entre o período de 1990 e 1999.

⁶ As informações de taxa de desemprego da CEPAL provêm de fontes oficiais nacionais de cada país, de acordo com a metodologia de cada instituto de pesquisa.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego na América Latina entre 1990 e 1999



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de OIT – Panorama Laboral (2000)

Na tabela a seguir podemos observar o aumento do desemprego entre 1990 e 1999 na quase totalidade dos países analisados com exceção do México, que obteve uma redução de 0,3 pontos percentuais, e Peru que, apresentou a mesma taxa de desemprego em 1990 e 1999. As taxas de 1995 e 1996 na Argentina e 1999 na Colômbia chegam próximas a 1/5 da população sem emprego. A taxa de desemprego do Equador mais que dobrou no período analisado, chegando a 15,1% em 1999, quando em 1990 era de 6,1%. A média latino-americana aumentou 2,6 pontos percentuais chegando a 10,8% em 1999, o que representa em torno de 50 milhões de pessoas desempregadas.

Tabela 4 - Taxas de desemprego aberto urbano (taxas anuais médias) em países da América Latina entre 1990 e 1999

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	7.5	6.5	7.0	9.6	11.5	17.5	17.3	14.9	12.9	14.3
Bolívia	7.2	5.9	5.5	5.9	3.1	3.6	4.0	4.3	4.1	7.5
Brasil	4.3	4.8	4.9	5.4	5.1	4.6	5.4	5.7	7.6	7.6
Chile	7.4	7.1	6.2	6.4	6.6	7.8	5.4	5.3	6.4	9.8
Colômbia	10.5	10.2	10.2	8.6	8.9	8.8	11.2	12.4	15.2	19.4
Costa Rica	5.4	6.0	4.3	4.0	4.3	5.7	6.6	5.9	5.4	6.2
Ecuador	6.1	8.5	8.9	8.9	7.8	7.7	10.4	9.3	11.5	15.1
México	2.8	2.7	2.8	3.4	3.7	6.2	5.5	3.7	3.2	2.5
Paraguai	6.6	5.1	5.3	5.1	4.4	5.3	8.2	7.1	6.6	9.4
Perú	8.3	5.9	9.4	9.9	8.8	7.9	7.9	8.4	8.2	8.3
Uruguai	9.2	8.9	9.0	8.4	9.2	10.8	12.3	11.6	10.2	11.8
Venezuela	11.0	10.1	8.1	6.8	8.9	10.3	11.8	11.4	11.3	14.9
América Latina	8.2	8.5	8.3	8.2	7.8	8.8	9.3	8.5	9.5	10.8

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de OIT – Panorama Laboral (2000)

O Panorama Laboral da OIT de 1998 chama atenção para a degradação do emprego, afirmando que “el empleo constituye el problema número uno que deben enfrentar los países de la Región” (OIT, 1998, p.1). Os indicadores de emprego nos anos 1990 foram tão negativos nas economias de todo o mundo que até mesmo os órgãos internacionais defensores do neoliberalismo mudaram sua perspectiva quanto à eficácia de tais medidas para a geração de emprego. Como afirma Krein (2001)

Alguns dos organismos internacionais, tais como OCDE (Perspectiva sobre o Emprego, 1998), a OIT (1995, conferência Internacional do Trabalho) e o Encontro Europeu sobre o Emprego (em Luxemburgo, 1997), fazem uma importante inflexão neste debate ao reconhecerem que a flexibilização e a desregulação não têm sido eficazes na solução dos problemas do desemprego e da precarização do trabalho enfrentados pelos países centrais (KREIN, 2001, p.24).

Além de diminuição do emprego, nos anos 1990 observou-se a precarização do trabalho com o crescimento da informalidade. O Panorama Laboral da OIT de 1998 também destaca que os empregos gerados em 1998, além de estarem abaixo do crescimento da força de trabalho, foram quase todos advindos do setor informal que cresceu 4,5%.

Este fenômeno vinha ocorrendo desde o início dos anos 1990. Como relata o estudo da OIT, a informalização aumentou 6,9 pontos percentuais no decorrer da

década de 1990, chegando em 1998 a 58,7% da força de trabalho (empregos não-agrícolas) “lo que significa que de cada 10 nuevos empleos creados, 9 han sido informales” (OIT, 1998, p.7).

Na tabela a seguir vemos a redução da porcentagem do emprego formal e o crescimento do setor informal, considerando os trabalhadores empregados. Entre 1990 e 1995 se observa um salto de 3,3 pontos percentuais no setor informal (e conseqüente uma redução de 3,3 p.p. no setor formal) na média latino-americana. No período posterior, de 1995 a 1999, o setor informal continua ampliando sua participação, porém em um ritmo mais lento (0,3 pontos percentuais).

A maioria dos países analisados obteve crescimento do setor informal, com exceção da Argentina, que reduziu a participação informal, e do Chile, que apresentou um crescimento até 1996, mas no período posterior, até 1998, decresceu chegando a uma porcentagem um pouco menor do que 1990. Na Venezuela, o setor informal cresceu mais de 10 pontos percentuais entre 1990 e 1999.

Tabela 5 - Porcentagem de empregos no setor formal e no setor informal nos países da América Latina entre 1990 e 1999

		SETOR INFORMAL	SETOR FORMAL
País	Ano	Total	Total
América Latina			
	1990	42,8	57,2
	1995	46,1	53,9
	1999	46,4	53,6
Argentina			
	1991	52	48
	1998	49,3	50,7
Brasil			
	1990	40,6	59,4
	1995	46,5	53,5
	1999	47,1	52,9
Chile			
	1990	37,9	62,1
	1996	38,8	61,2
	1998	37,5	62,5
Colômbia			
	1990	45,7	54,3
	1998	49	51
Costa Rica			
	1990	41,2	58,8
	1995	43,3	56,7
	1999	46,8	53,2
Equador			
	1990	55,6	44,4
	1995	63,7	36,3
	1998	58,6	41,4
México			
	1990	38,4	61,6
	1995	43,2	56,8
	1999	40,1	59,9
Peru			
	1991	52,7	47,3
	1995	55,1	44,9
	1998	53,7	46,3
Uruguai			
	1990	39,1	60,9
	1995	43,3	56,7
	1999	43,1	56,9
Venezuela			
	1990	38,6	61,4
	1995	44,5	55,5
	1999	49,1	50,9

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de OIT – Panorama Laboral (2000)

O emprego informal representa um retrocesso quando se fala em condições de trabalho. Na introdução do conceito de setor informal⁷ os estudos da OIT o consideravam uma “manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra”. Assim, o setor informal era considerado como um “exército industrial de reserva”, nos momentos de crescimento econômico liberando a mão-de-obra para as empresas e absorvendo a mão-de-obra excessiva nas fases recessivas, o que acabava por reduzir o “custo de reprodução da força de trabalho” (KREIN; PRONI, 2010, p.9). Partindo desta visão são considerados setor informal nestes dados da OIT, trabalhadores independentes (não profissionais nem técnicos), trabalhadores domésticos e microempresas com até cinco funcionários.

Entretanto, não são apenas este tipo de trabalhadores precarizados que aumentam no período neoliberal. Como mostra o estudo da OIT,

La informalización estuvo acompañada por un proceso de precarización derivado del uso creciente de contratos temporales introducidos por las reformas laborales como instrumento de flexibilización y por la expansión de trabajadores sin contrato (OIT, 1998, p.1).

Ou seja, a informalidade veio acompanhada de outras formas de precarização do trabalho, levando a perda de direitos trabalhistas conquistados anteriormente. Entre essas outras formas, estão as contratações atípicas (tempo parcial, temporários, etc.) e a substituição de funcionários por trabalhadores autônomos (prestadores de serviço) ou terceirizados, com o objetivo de diminuir os custos trabalhistas das empresas. Os trabalhadores sem registro configuram um caso típico de precarização do trabalho, estando numa situação vulnerável. Como levanta Cacciamali (2000), o trabalhador assalariado sem carteira assinada,

(...)não dispõe de nenhuma garantia de renda no caso de acidente ou de problema de saúde decorrentes do trabalho, bem como não recebe, salvo acordo com a empresa ou patrão, as compensações de renda referentes à dispensa involuntária (aviso prévio, proporcional de férias, proporcional da

⁷ Há uma ampla discussão sobre trabalho informal, ocupação informal e nova informalidade, que ultrapassam o conceito de setor informal, para mais informações ver Krein (2010). No presente trabalho optamos por utilizar esta definição de setor informal da OIT pela disponibilidade de dados padronizados para os países latino-americanos o que nos permite fazer comparações.

gratificação de Natal, recebimento de PIS/PASEP e FGTS) e em geral não recebe remuneração correspondente às horas extras (CACCIAMALI, 2000, p. 166).

Dada essa nova conformação no mercado de trabalho, observa-se também uma redução da proteção social para os trabalhadores. Houve uma redução de 66.6% em 1990 para 64.3% em 1999 dos empregos assalariados com proteção social (OIT, 2000, p.15).

Parte do desemprego e da redução do emprego formal está relacionada à diminuição de postos de trabalho no setor público. Na média latino-americana, os trabalhadores do setor público representavam em 1990, 15,5% da força de trabalho empregada e, em 1999, este número se reduziu para 13%. Desta forma, como observa o estudo da OIT, “la estructura de empleo se privatiza; 95 de cada 100 nuevos empleos son generados por el sector privado” (OIT, 2000, p.3).

Com relação aos salários, é mais difícil observar uma tendência similar nos países latino-americanos. Na Colômbia, no México, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela ao comparar o valor em 1990 e em 1999 observamos uma redução do valor real do salário mínimo. O Peru passa por uma grande desvalorização do salário mínimo até 1993, porém depois se recupera. No Equador o salário mínimo tem aumento real até 1996, quando passa a ter desvalorizações ano a ano. O salário mínimo apresenta uma melhora na maioria dos países, porém o estudo da OIT (2000) ressalta a adoção de políticas mais restritivas com relação ao salário mínimo a partir de 1997.

Tabela 6 – Índice do salário mínimo real nos países da América Latina (índice 2000 = 100) entre 1990 e 2000

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	28.3	73.2	57.6	74.5	102.9	99.5	99.3	98.8	97.9	99.1	100.0
Bolívia	40.6	66.7	66.9	73.1	80.5	78.9	76.2	77.8	90.3	97.2	100.0
Brasil	73.8	82.3	76.5	84.8	82.6	87.2	90.8	92.3	96.6	97.4	100.0
Chile	57.7	63.1	66.0	69.2	71.8	75.1	78.2	81.0	85.7	93.4	100.0
Colômbia	100.4	97.1	95.4	98.0	96.4	96.0	95.3	97.1	95.6	99.5	100.0
Costa Rica	91.1	84.6	86.0	89.6	92.0	90.0	91.7	95.2	98.4	100.6	100.0
Ecuador	86.1	73.0	74.9	86.1	99.7	118.3	129.8	125.2	116.2	103.7	100.0
México	144.5	138.4	131.4	129.2	129.5	112.9	102.7	102.1	102.9	99.3	100.0
Paraguay	108.2	103.5	94.3	90.7	93.1	94.5	96.8	101.5	100.0	95.9	100.0
Perú	73.3	49.8	49.8	35.0	45.3	46.4	47.8	84.0	93.2	90.0	100.0
Uruguay	166.4	149.1	145.4	126.1	112.0	103.2	99.7	97.8	101.2	101.7	100.0
Venezuela	103.4	89.5	127.5	111.7	125.1	117.2	110.9	94.5	94.3	96.4	100.0

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Tabela 7 – Índice do salário médio real nos países da América Latina (índice 2000 = 100) entre 1990 e 2000

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	97.5	98.8	100.1	98.8	99.5	98.4	98.3	97.8	97.5	97.7	100.0
Bolívia	82.0	76.9	80.0	85.4	92.2	93.6	89.5	92.0	94.0	98.6	100.0
Brasil	99.7	84.9	83.0	91.2	91.9	95.5	103.0	105.7	105.8	101.1	100.0
Chile	69.3	72.7	76.0	78.8	83.9	88.0	91.6	93.8	96.3	98.6	100.0
Colômbia	76.3	74.8	76.7	81.5	83.9	86.4	88.4	92.1	92.2	96.3	100.0
Costa Rica	81.5	77.7	81.0	89.3	92.6	90.8	88.9	89.7	94.7	99.2	100.0
Ecuador	75.6	79.1	85.8	96.7	105.2	115.7	122.0	119.2	114.4	104.9	100.0
México	88.9	94.7	101.6	110.7	115.4	100.9	90.9	90.4	92.9	94.3	100.0
Paraguay	87.8	91.9	91.0	91.7	93.1	100.1	103.2	102.7	100.8	98.7	100.0
Perú	93.7	108.0	104.1	103.3	119.4	109.4	104.2	103.4	101.3	99.3	100.0
Uruguay	89.1	92.5	94.6	99.1	100.0	97.1	97.8	98.0	99.7	101.3	100.0
Venezuela	137.2	129.2	135.6	123.6	104.1	99.3	76.1	95.6	100.8	96.1	100.0

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

O salário médio também não apresenta um padrão de comportamento. Mas comparando os valores nos anos 1990 e 2000, a Venezuela é o único país onde o houve desvalorização real do salário médio. No México o salário médio se valoriza até 1994, quando passa a sofrer desvalorizações, voltando a se recuperar em 1998. No Equador o movimento do salário médio é similar ao do salário mínimo no país, com ganhos reais até 1996 e a partir daí uma queda contínua do salário. Vale ressaltar que no período analisado as taxas de inflação estavam baixas e com tendência decrescente (OIT, 2000). Tal contexto é favorável para que aumentos

salariais nominais consigam manter seu valor e assim os salários sofrerem ganhos reais.

Analizamos neste capítulo como ocorreram os processos de reestruturação produtiva, financeirização e globalização da economia mundial e como as políticas neoliberais se disseminaram pelos países latino-americanos trazendo consequências negativas para os trabalhadores e concentrando renda. Observamos a deterioração das relações de trabalho com o aumento do desemprego e da informalidade.

3 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA NO SÉCULO XXI E AS MUDANÇAS NO CONTEXTO ECONÔMICO

Neste estudo, como explicado anteriormente, pretendemos compreender a melhora recente dos indicadores do mercado de trabalho dos países latino-americanos. Desta forma, nos parece interessante identificar os diferentes padrões de desenvolvimento que estão postos, em princípios do século XXI, para analisar seus impactos no mundo do trabalho. Sendo assim, buscamos distinguir os países latino-americanos de acordo com sua “via” de desenvolvimento.

Na primeira seção será discutida a emergência de grupos críticos do neoliberalismo culminando na eleição de governos de esquerda em alguns países da América Latina. Na segunda seção diferenciaremos os três países que serão analisados (Brasil, Colômbia e Venezuela) de acordo as estratégias de desenvolvimento adota por cada governo.

Finalmente, na última seção, o objetivo é compreender como a conjuntura internacional do início do século XXI impactou a economia dos países latino-americanos e, no âmbito interno, como a distribuição de renda e aumento da demanda trouxeram melhoras para o mercado de trabalho.

3.1 ASCENSÃO DE GOVERNOS CRÍTICOS AO MODELO NEOLIBERAL

Como explicado anteriormente, o neoliberalismo na América Latina levou à degradação do trabalho e das condições de vida da população. A tentativa de “ajuste econômico” veio acompanhada de baixas taxas de crescimento econômico e de aumento na desigualdade de renda, deixando evidente o fracasso do modelo neoliberal (BALANCO; PINTO, 2013).

Entre os anos 1990 e 2000, o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, aumentou em 2/3 dos países latino-americanos analisados pela Cepal (CEPAL, 2002). O Estado mínimo defendido na época aprofundou as injustiças em um continente historicamente marcado por desigualdades sociais e de distribuição de renda.

Tal situação levou obviamente a um grande descontentamento da população latino-americana. Somado a isso, nos anos 1990, as ditaduras militares em grande parte dos países já haviam chegado ao fim, o que permitiu uma reestruturação dos grupos políticos de esquerda. Assim, havia um ambiente no qual foi possível a fortalecimento de movimentos sociais e grupos políticos de oposição à doutrina neoliberal. As recomendações dos Estados Unidos e de órgãos como FMI e o Banco Mundial passaram a ser contestadas no âmbito nacional dos países latino-americanos (BATISTA JR., 2005).

Entre os movimentos⁸ sociais que tiveram destaque na luta contra o Estado neoliberal podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, no Brasil, o Movimento Zapatista no México, a Confederación de Nacionalidades Indígenas, no Ecuador, as *puebladas*⁹, na Argentina já em 2001, além de outros movimentos indígenas, na Venezuela e na Bolívia (MACHADO, 2004).

Era necessário se contrapor a forma como estava sendo conduzida a economia e a política nesses países. Esta correlação de forças culminou na eleição, em alguns dos países do centro e do sul do continente, americano de diversos governos de esquerda e centro-esquerda que se reivindicavam críticos ao modelo neoliberal. Por exemplo foram eleitos Hugo Chávez, na Venezuela (1999), Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil (2003), Tabaré Vázquez, no Uruguai (2005), Evo Morales, na Bolívia (2006), Néstor Kirchner, na Argentina (2003), Michele Bachelet, no Chile (2006) e Rafael Correa, no Equador (2007) (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014; BALACO; PINTO, 2013; ELICABIDE, 2013).

Esses governos voltaram a apresentar características políticas do período anterior ao neoliberalismo, ou seja, políticas de caráter nacionalista. Desta forma, os governos defendiam a volta do Estado como indutor da economia e se posicionavam contrários à liberalização e à privatização ocorrida no período anterior.

⁸ Esses movimentos tiveram conquistas para barrar o avanço do neoliberalismo em alguma medida. Entretanto, não foram em todos os casos que foram seguidos de mudanças no governo, o México seguiu com um governo alinhado à visão neoliberal, apesar das importantes vitórias do Movimento Zapatista.

⁹ As *puebladas* foram uma série de rebeliões populares ocorridas na Argentina em 2001 que criticavam a manutenção das políticas neoliberais no governo do presidente Fernando De La Rúa (2000-2001).

3.2 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA: RUPTURA, RESTRIÇÃO OU APROFUNDAMENTO?

Embora os grupos políticos emergentes se mostrassem contrários às políticas neoliberais quando foram eleitos, durante seus governos as medidas tomadas para se afastar dessa doutrina foram de diferentes amplitudes. Além disso, em alguns países latino-americanos as forças críticas ao modelo vigente nos anos 1990 não conseguiram chegar ao poder.

Há uma ampla literatura na qual se discute quais seriam as diferentes estratégias de desenvolvimento do início no século XXI na América Latina e quais países estariam seguindo cada linha. A seguir, buscaremos apresentar parte desta discussão para assim chegarmos a uma conclusão sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países e, posteriormente, poderemos analisar seus diferentes impactos no mercado de trabalho.

Elicabide (2013) visualiza dois blocos de países na América Latina no início do século XXI, sendo um composto por governos que buscam manter as políticas neoliberais e um outro bloco em que se agrupa forças políticas que objetivam um afastamento do neoliberalismo.

Entre os países do primeiro bloco estão incluídos a Colômbia e o México. Giraldo (2010) compartilha a visão de aprofundamento do neoliberalismo na Colômbia, para ele, “Esta nueva administración (de Álvaro Uribe) da un fuerte impulso a las lógicas de desarrollo capitalista desregulado, bajo el control del gran capital financiero y transnacional” (GIRALDO, 2010, p.192). Podemos observar indícios da manutenção das políticas neoliberais na Colômbia através da continuidade do processo de privatização e de concessão de entidades públicas que vêm da década anterior. Durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), foram privatizadas, por exemplo, a maior empresa de energia térmica do país, a Corelca (Corporação Elétrica da Costa do Atlântico S.A.), a empresa de correios nacionais, a Adpostal, e o maior aeroporto da Colômbia, o El Dorado, em Bogotá, que foi concedido a um consórcio suíço.

Outros fatos que revelam que a continuidade da política neoliberal na Colômbia neste início de século são a redução de tributos e a concessão de subsídios justamente aos setores detentores do capital, como os empresários e os latifundiários (GIRALDO, 2010). Além disso, a contrarreforma agrária também

explícita como o governo colombiano está mantendo as práticas da década passada. Entre os anos de 2000 e 2008 foram expulsos do campo mais de 385.000 famílias (CODHES, 2009).

Na contramão do movimento na Colômbia, em princípios do século XXI, o Estado no Brasil volta a ter um caráter nacionalista, desempenhando um importante papel no planejamento econômico. Há uma recuperação da importância dos bancos públicos, e a volta do papel indutor destas instituições estatais como financiadoras do desenvolvimento econômico é um dos fatores que mostra a intervenção do Estado na economia.

Os bancos públicos foram fortalecidos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, sendo utilizados como instrumentos para a política de barateamento do crédito a pessoas físicas e micro e pequenas empresas. Também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve sua capacidade de atuação incrementada, direcionando créditos a empresas menores, mas também às grandes empresas do país, inclusive como forma de estímulo à internacionalização das atividades dessas empresas (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014, p.12).

Além disso, a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao incentivar o gasto público na infraestrutura do país, deixa claro o papel de indutor do Estado na economia. Somado a isso, a política de aumento sustentado do salário mínimo demonstra uma preocupação do governo com a recuperação do mercado de trabalho (ELICABIDE, 2013; IGLECIAS; CARDOSO; STREICH 2014, ALVES; CORSI, 2010).

Para Elicabide (2013), os governos deste segundo bloco, que buscam se afastar das políticas neoliberais “unos de forma más radical que otros, implementaron políticas tendientes a contrarrestar las negativas consecuencias de la desregulación neoliberal heredada, en particular reformas que fortalecieran el papel del trabajo” (ELICABIDE, 2013, p.3).

Entretanto, na nossa perspectiva, esse diferente grau de radicalidade na implementação de políticas contrárias a desregulamentação neoliberal é crucial, principalmente quando se fala nas consequências para os trabalhadores. Dessa forma, acreditamos que para uma análise do mercado de trabalho é necessária uma subdivisão dentro deste segundo bloco.

Assim, mais próxima da nossa visão está o estudo da CLACSO intitulado “Trabalhos e modelos produtivos” (TOLEDO; NEFFA, 2010). Os autores desse

trabalho identificam os novos modelos vigentes após a crise do neoliberalismo no início do século XXI. Os autores identificam três modelos diferentes seguidos pelos países, que irão influenciar na trajetória adotada por cada governo. Assim, alguns países visam aprofundar o modelo neoliberal, já outros buscam afastar da doutrina neoliberal o modelo de produção, porém ainda com dificuldades, principalmente devido à oposição da elite econômica acostumada a privilégios, e, finalmente, há aqueles que objetivam caminhar na direção de uma forma de socialismo latino-americana.

Um outro estudo sobre as estratégias de desenvolvimento da América Latina também faz uma análise parecida. Iglecias, Cardoso e Streich (2014), irão dividir em três diferentes estratégias através da análise dos governos da Venezuela, do Brasil e do México. Para ele, enquanto a Venezuela busca seguir o “socialismo do século XXI”, o Brasil, no meio do caminho, “vem realizando uma conciliação entre diversos pressupostos do neoliberalismo e um maior envolvimento do Estado com a redução da pobreza e das desigualdades sociais” (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014, p.8). Já o México ainda segue o receituário neoliberal.

Balaco e Pinto (2013), também fazem uma diferenciação dos governos de esquerda devido ao grau de distanciamento do neoliberalismo. Para eles, há um grupo mais radical composto pelos governos da Argentina, Bolívia e Venezuela que objetivam “a busca de maior autonomia vinculada a um novo projeto nacional-desenvolvimentista” (BALANCO; PINTO, 2013, p.29). Outro grupo de países, compostos por Chile, Uruguai e Brasil, são denominados pelos autores como “modelos híbridos”. Embora compostos por forças políticas identificadas com os ideais da esquerda, eles ainda mantiveram políticas de cunho neoliberal, porém mescladas com políticas públicas de renda que fortalecem o mercado interno e levam à redução dos níveis de pobreza e da desigualdade na distribuição de renda.

No caso do primeiro grupo, a possibilidade de uma maior ruptura com o neoliberalismo foi possível, em parte, devido à desestabilização dos grupos políticos detentores do poder, fruto de “crises político-econômicas profundas” nestes países. Essas crises abalaram os setores dominantes, surgindo assim novas forças que permitiram ao Estado incorporar àqueles que antes não estavam no poder e colocar em prática um projeto nacional-desenvolvimentista. Já nos países do segundo grupo, o “Estado, mesmo com a vitória eleitoral de determinados governantes e

partidos, ficou ainda fortemente atrelado aos segmentos dominantes financeiros que foram hegemônicos na década de 1990” (BALANCO; PINTO, 2013, p.30).

Sendo assim, além da ascensão dos governos de esquerda e de centro-esquerda ter ocorrido devido ao apoio de movimentos populares, é importante ressaltar que as novas trajetórias de desenvolvimento não são resultado unicamente dos governos eleitos, mas também da conjuntura de classes (social) interna, e no plano externo, de uma conjuntura internacional econômica favorável. Assim, o projeto de desenvolvimento de um país “depende das composições das classes sociais e do Estado num determinado espaço nacional” (BALANCO; PINTO, p.29). Logo, há uma disputa entre as forças hegemônicas e os grupos que objetivam o afastamento do neoliberalismo que “por meio de suas lutas contraditórias ou de seus compromissos estabelecem mútuas concessões negociadas e tratam de imprimir ao estado uma determinada orientação” (TOLEDO; NEFFA, 2010).

Concordando com as percepções de Iglecias, Cardos e Streich (2014), Toledo e Neffa (2010) e Balanco e Pinto (2013), acreditamos que Brasil e Venezuela não estejam imprimindo ao Estado uma orientação similar, pois no Brasil, apesar da volta do papel do Estado, não é possível identificar uma tentativa de superação do capitalismo, com objetivos socialistas. Assim, consideraremos neste trabalho, que os países que serão analisados no próximo capítulo, Brasil e Venezuela possuem estratégias distintas de desenvolvimento. A seguir, buscaremos explicitar essa diferenciação.

Para Alves e Corsi (2008), o que aconteceu em princípios do século XXI no Brasil, a partir da governo Lula, foi uma restrição do modelo neoliberal. Para estes, o país viveu nos anos 90 o “neoliberalismo integral” e agora está em uma fase do “neoliberalismo restringido”, o que permitiu algumas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Como mostrado anteriormente neste capítulo, o Brasil apresentou avanços relacionados ao aumento do gasto público no eixo dinâmico do crescimento da economia via PAC, ao fortalecimento de instituições públicas, à política de valorização do salário mínimo e aos programas de transferência de renda (Bolsa Família). Entretanto, “(...) o governo Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu romper com os constrangimentos sistêmicos do ‘modelo neoliberal’ baseado na predominância do capital financeiro” (ALVES; CORSI, 2008, p.233). Ou seja,

diferentemente do que ocorreu na Venezuela em princípios do século XXI, no Brasil ainda não foram tomadas medidas capazes de superar o neoliberalismo implementado na última década do século XX.

Já o governo de Hugo Chávez na Venezuela não apenas se propunha a ser um movimento mais radical ao declarar sua intenção de implementar o “socialismo do século XXI”, como na prática também obteve maiores rupturas que o Brasil. Assim, para Fiori (2007), pode-se considerar a volta da ideia de um projeto socialista nos governos latino-americanos da Bolívia e da Venezuela, buscando uma “ruptura mais profunda e estratégica com o passado neoliberal” (FIORI, 2007). Para Fiori (2007), estes projetos estão relacionados com ideais políticos antigos, com “raízes profundas na história latino-americana e não se pode dizer que fracassaram, porque sempre foram interrompidos pelos golpes de Estado da direita liberal” (FIORI, 2007, p.59).

No mesmo ano da posse de Hugo Chávez (1999) já foi aprovada uma nova Constituição da Venezuela, além de diversas leis anti-liberalizantes e anti-latifundiárias. Entre elas estão a Lei dos Hidrocarbonetos, que visa aumentar o controle e a participação do Estado no mercado do petróleo no país e os tributos destas empresas pagos ao governo. Outra lei que merece destaque é a Lei da Terra, que impede que as terras venezuelanas sejam terceirizadas e dá poder ao governo para assumir atividades de produção dos alimentos. Os programas sociais instituídos pelo governo (agrupados no programa “Misiones”) também buscaram reverter “a tendência anterior de desmonte do Estado de Bem Estar Social na Venezuela” (IGLECIAS; CARDOSO, STREICH, 2004, p.18).

Para Lucena (2008) e Iranzo e Richter (2006), desde a eleição de Chávez em 1999 uma nova forma de organização produtiva está sendo buscada.

Es el fomento estatal de formas de propiedad y organización del trabajo lo que da lugar a relevantes impactos en el modelo productivo, y naturalmente con consecuencias en las relaciones de trabajo. En este sentido, se destacan el reimpulso al cooperativismo, a la cogestión; y el fomento de nuevas organizaciones productivas, como son las empresas de producción social, por un lado, y más recientemente, las empresas de propiedad social. A ello hay que agregar las estatizaciones fundadas en diversas razones (LUCENA, 2010, p.414).

Desta forma, não é apenas o nível de emprego ou salário que está no centro da preocupação do governo e sim uma forma que reduza a exploração do

trabalhador. O Estado exerce um papel central nesta forma de organização do trabalho, como fomentador e empregador.

Além disso, fica clara a volta do poder do Estado na Venezuela no início do século XXI, com a estatização de setores importantes da economia considerados estratégicos, como os energéticos; aqueles relacionados à produção de alimentos essenciais para a garantia da soberania alimentar no país; empresas que tiveram problemas com relação aos cumprimento dos direitos de seus trabalhadores (LUCENA, 2010). Lucena (2010), define o discurso do governo como promotor de um desenvolvimento endógeno, “bien distante o casi opuesto a la orientación de un modelo abierto con proyección exportadora” (LUCENA, 2010, p. 414).

Nesta seção analisamos as mudanças políticas no século XXI com relação aos anos 1990. Desta forma, observamos a insurgência de governos críticos à doutrina neoliberal e diferenciamos as estratégias de desenvolvimento que passaram a ser implantadas nos primeiros anos do século XXI na América Latina, encontrando três vias diferentes.

3.3 CONTEXTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XXI

Além do cenário político, o contexto econômico latino-americano também passa por mudanças profundas no século XXI. Internacionalmente, os primeiros anos do século XXI apresentaram um cenário favorável aos países latino-americanos. Somado a isso, no âmbito interno, há um fortalecimento da demanda interna, devido ao aumento do consumo e do investimento, que gera crescimento da economia.

Segundo Corsi (2008) e Balanco e Pinto(2013), as condições externas favoráveis permitiram uma guinada no crescimento econômico de países latino-americanos.

No plano econômico, a década de 2000 foi marcada por vários acontecimentos significativos, dentre os quais podemos destacar: *i*) o expressivo crescimento mundial entre 2003 e 2007; *ii*) a profunda crise financeira internacional de 2008 que assolou todos os países; e *iii*) a rápida recuperação da crise pelos países em desenvolvimento que foram puxados

pela dinâmica chinesa. A novidade desses acontecimentos foi o papel de destaque desempenhado pela China (BALANCO; PINTO, 2013, p. 14).

O bom desempenho das economias desenvolvidas até 2007 influenciaram positivamente as taxas de crescimento do PIB nos países da América Latina. Como é possível observar na tabela 1 a média do PIB da América Latina apresentou taxas superiores a 4% de crescimento entre 2004 e 2008. Em 2006, com exceção do Haiti, todos os países latino-americanos apresentaram taxa de crescimento do per capita do PIB superior a 2%, (CEPAL, 2007). Já em 2009 os efeitos da crise mundial começam a surtir efeitos no sul e centro do continente, deixando a taxa de crescimento do PIB latino-americano negativa em 1,5%. Dos 12 países selecionados na tabela 6, metade apresentou decréscimo percentual do PIB em 2009.

Tabela 8 - Taxa de crescimento do PIB anual a preços constantes de países da América Latina entre 2003 e 2009

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
América Latina	1.7	5.9	4.5	5.5	5.6	4.1	-1.5
Venezuela	-7.8	18.3	10.3	9.9	8.8	5.3	-3.2
Uruguai	2.2	11.8	6.6	4.1	6.5	7.2	2.4
Peru	4.0	5.0	6.8	7.7	8.9	9.8	0.9
Paraguai	4.3	4.1	2.1	4.8	5.4	6.4	-4.0
México	1.4	4.2	3.1	5.0	3.2	1.4	-4.7
Equador	2.7	8.2	5.3	4.4	2.2	6.4	0.6
Costa Rica	6.4	4.3	5.9	8.8	7.9	2.7	-1.0
Colômbia	3.9	5.3	4.7	6.7	6.9	3.5	1.7
Chile	3.9	6.0	5.6	4.6	4.6	3.7	-1.0
Brasil	1.1	5.7	3.2	4.0	6.1	5.2	-0.3
Bolívia	2.7	4.2	4.4	4.8	4.6	6.1	3.4
Argentina	8.8	9.0	9.2	8.5	8.7	6.8	0.9

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Para compreender o que levou a economia da América Latina a este crescimento em princípios do século, dois fatos precisam ser considerados com relação à conjuntura externa: a ascensão da economia chinesa e a elevação do preço das commodities a partir de 2002.

O crescimento econômico da China gerou um aumento na demanda do país por alimentos e energia. Como a China é atualmente a segunda maior economia do mundo e possui a maior população mundial, o impacto do aumento da procura por

commodities pelo país gerou grandes efeitos nos preços internacionais destes produtos (CINTRA, 2013).

Para alguns países da AL, as exportações dessas commodities para a China significam não apenas uma mudança de destino para seus produtos como também um grande aumento no valor do comércio. Entre 2001 e 2006 o valor total das exportações latino-americanas subiu de US\$359 para US\$681 bilhões (STALLINGS, 2008, p. 249), aumento esse impulsionado pelo crescimento no volume exportado e, principalmente, pelo aumento no preço das commodities (CINTRA, 2013, p. 22).

Neste contexto, grande parte dos países latino-americanos produtores de commodities vivenciaram um crescimento das taxas de exportação, o que também impactou no crescimento econômico destes países. Entretanto, ao mesmo tempo em que o aumento do valor obtido pelas exportações de commodities foi algo positivo (no curto prazo), este fenômeno reforça a posição latino-americana de especialização em produtos primários, com pouco valor agregado (negativo no longo prazo), (CORSI, 2008, BALANCO; PINTO, 2013). Os três países que serão analisados no próximo capítulo obtiveram ganhos de exportação com crescimento do volume e do valor de suas exportações com a ascensão da economia chinesa, (JENKINS, 2011).

Além da melhora da posição externa dos países, houve um aumento da capacidade fiscal dessas nações, devido ao aumento de impostos sobre os produtores de commodities e de políticas de fortalecimento fiscal em alguns deles. Com essas condições os governos latino-americanos tiveram oportunidade de aumentar os investimentos públicos em infraestrutura e de ampliar os gastos em políticas sociais (BALANCO; PINTO, 2013).

Apesar da queda em 2009, no ano seguinte o PIB latino-americano voltou a apresentar tendência de alta. Podemos relacionar esta recuperação, no âmbito interno, ao dinamismo da demanda (consumo privado e investimento). O consumo privado, ao mesmo tempo em que gera empregos, só foi possível justamente devido à diminuição do desemprego e ao aumento dos salários, gerando assim um círculo positivo de crescimento. Políticas de crédito para o setor privado também influenciaram no aumento do consumo interno (CEPAL, 2011).

É importante ressaltar que o crescimento econômico dos países não é por si só garantia de melhora no desempenho do mercado de trabalho, porém, em dadas

circunstâncias, pode gerar impactos positivos. Esta diferenciação será analisada no próximo capítulo no qual veremos quando o crescimento econômico reflete em geração de emprego e aumento de salários.

A diminuição da pobreza e redução das desigualdades de renda também influenciaram na elevação do consumo e na melhora nos índices de emprego. Sant'Anna, Amabrozio e Meirelles (2010), mostram em um interessante estudo a relação do aumento da renda da população mais pobre com o crescimento do número de empregos. O argumento é que

Os bens que compõem o padrão de consumo das classes mais pobres são mais intensivos em trabalho do que a cesta de consumo das classes mais ricas. Dessa forma, o crescimento na renda relativa das famílias menos favorecidas, e conseqüentemente de sua demanda, é um fator que em si impulsiona a aceleração no nível de emprego (SANT'ANNA; AMBROZIO; MEIRELLES, 2010, p.2).

Isso significa que além da maior propensão a consumir, as classes mais pobres consomem, proporcionalmente à sua renda, produtos que são mais trabalho intensivos (como alimentos e bebidas) do que aqueles consumidos pelas classes mais ricas. Dessa forma, a desigualdade de renda que vem diminuindo a cada ano desde o ano 2000 na América Latina também produz efeitos positivos na geração de empregos.

Nesta seção apresentamos de forma sucinta os movimentos da economia latino-americana nos primeiros anos do século XXI, para no momento da análise dos mercados de trabalho ter em mente o contexto econômico no qual ocorreu a melhora dos indicadores de emprego. Ainda neste capítulo diferenciamos as estratégias de desenvolvimento vigentes na América Latina, para assim podermos realizar a análise do mercado de trabalho de três países que, em nossa visão, tiveram governos que adotaram políticas diferentes com relação ao neoliberalismo. Pois assim, visamos no próximo capítulo relacionar como essas formas diferentes de desenvolvimento implementadas pelos governos da Colômbia, do Brasil e da Venezuela impactaram nas relações de trabalho.

4 AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS GOVERNOS DA COLÔMBIA, DO BRASIL E DA VENEZUELA E OS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com o Panorama Laboral da OIT de 2012, a América Latina, diferentemente dos países desenvolvidos, vem apresentando no primeiro decênio do século melhorias nos indicadores do mercado de trabalho. O estudo mostra que “a taxa de desemprego continua caindo, os salários reais aumentam, há progressos na expansão do trabalho formal e avança a cobertura da seguridade social” (OIT, 2012, p.5). Com relação às políticas dos governos que auxiliaram neste processo, o relatório destaca a importância da política de valorização do salário mínimo e a proteção dos postos de trabalho e dos salários.

Em grande parte, recapitulando os argumentos anteriores, podemos relacionar essa melhora ao cenário internacional do início dos anos 2000. Como visto anteriormente, as condições externas favoráveis permitiram uma guinada no crescimento econômico de países latino-americanos. Porém, é importante observar que o governo de cada país adotou estratégias distintas para buscar essa recuperação do trabalho. Assim, iremos observar se essa recuperação do mercado de trabalho também sofreu influência do fim da crença da desregulamentação pregada pelo Consenso de Washington e a volta de um papel ativo do Estado no mercado de trabalho.

Neste capítulo iremos comparar o desempenho do mercado de trabalhos no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Para isso foram analisados o desemprego, a informalidade e os salários reais mínimos e médios desses países. As taxas de desemprego aberto foram comparadas com a taxa média de desemprego (ponderada) na América Latina, com o objetivo de avaliar se o país acompanhou seus vizinhos e se a intensidade da redução (ou aumento) da taxa de desemprego de cada país foi mais forte ou mais fraca que a média. Como os três países utilizam metodologias distintas, consideramos mais adequada a comparação entre o desempenho do país ao longo do tempo, comparando a intensidade com que se deram as quedas ou crescimentos do desemprego. Também comparamos a taxa de desemprego de cada país com a variação de seu produto interno bruto, para

observar quanto da variação do emprego está relacionada ao desempenho econômico.

Como foi abordado anteriormente, a definição de informalidade é um tema bastante complexo. Neste trabalho, consideramos importante o estudo da informalidade porque acreditamos que, muitas vezes, essa situação está relacionada a piores condições de trabalho. Isto porque “geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social” (KREIN; PRONI, 2010). Entretanto, como se verá adiante, no caso da Venezuela, atualmente encontramos uma perspectiva diferente com relação ao emprego informal. Em suma, consideramos que essa discussão é bastante ampla e, assim, buscaremos apresentar os impactos das mudanças com relação à informalidade nos países considerando os diferentes contextos e abordagens sobre o tema.

A OIT utiliza perspectivas diferentes com relação à informalidade. Uma delas é o conceito de setor informal, relacionado às unidades de produção. Outra é o conceito de emprego informal considerando as características dos empregos. Há uma terceira definição que também é utilizada com referência a questão da seguridade social com relação a trabalhadores que eles mesmos ou seus empregadores não contribuem com pensão e saúde, esta última não será abordada neste trabalho.

Com relação à visão da ocupação informal desde a perspectiva do tipo de emprego, utilizaremos o indicador “trabalhadores por conta própria ou familiares”. Considerado pela OIT como sendo um emprego vulnerável. Neste caso, trata-se de pessoas que trabalham por conta própria ou com sócios, a sua remuneração depende da sua produção diretamente e não possuem empregados de forma contínua. Também estão dentro desta definição trabalhadores que tenham emprego por conta própria em uma cooperativa. Já os trabalhadores familiares (não remunerados), são aqueles trabalhadores por conta própria que trabalham em uma empresa familiar de algum parente que viva na mesma casa, (CEPAL, 2014).

O outro indicador que analisaremos é o do “setor informal” que se refere às características das unidades de produção. Aqui são considerados parte do setor

informal os trabalhadores urbanos de setores de baixa produtividade, sejam eles empregadores ou assalariados que trabalham em microempresas (até 5 empregados), pessoas que trabalham em emprego doméstico ou ainda trabalhadores independentes não qualificado (sem qualificação profissional ou técnica) (CEPAL, 2014).

Referente a remuneração serão utilizados os indicadores tanto do salário mínimo como salário médio. Os dados foram obtidos no site da CEPAL, que para chegar aos salários reais, deflacionou os valores nominais pelo índice de preços ao consumidor de cada país tanto o salário mínimo como o salário médio nominal. Registre-se ainda que na Colômbia e na Venezuela o IPC é desagregado por estrato de renda, nestes casos se utilizou o deflator do estrato de menor rendimento.

4.1 BRASIL

Como os outros países latino-americanos o Brasil no século XXI também passa a apresentar um maior crescimento econômico comparativamente ao verificado nos anos 1990. A ascensão de um governo em parte crítico ao modelo neoliberal permitiu algumas medidas pró-trabalhadores e que sinalizavam uma maior regulação do mercado de trabalho por parte do Estado. Neste contexto, foi possível impedir o aprofundamento da precarização do trabalho, porém não se conseguiu reverter completamente o retrocesso herdado da década de 1990. Ainda assim essas mudanças tiveram efeitos positivos para o Brasil e refletiram em uma melhora do mercado de trabalho, o que levou por terra os argumentos neoliberais de que se deveria ampliar a desregulamentação do mercado de trabalho (MANZANO; SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Krein, Santos e Moretto (2013) identificam dois movimentos no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, um favorável a regulamentação e outro flexibilizador. Entre as políticas favoráveis aos trabalhadores a de valorização do salário mínimo talvez possa ser considerada a mais impactante positivamente. Porém, a ampliação do seguro desemprego e da seguridade social - que passou a cobrir donas de casa e os micro empreendedores individuais -, a Lei do Estágio, a negociação coletiva no setor público e a ampliação do aviso prévio também mostram

uma recuperação da regulamentação a favor dos trabalhadores. Tais medidas, somadas aos programas de proteção social e ao aumento do acesso ao crédito incentivaram um ciclo de consumo positivo, que, obviamente, refletiu o no mercado de trabalho (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013).

Ao mesmo tempo, Krein, Santos e Moretto (2013), chamam atenção para as medidas que aprofundam a flexibilização como, “a lei de falência, o Programa Primeiro Emprego, a legitimação do trabalho aos domingos, a contratação de intelectuais e artistas como não assalariados e a reforma da previdência” (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013).

Observamos assim que a tendência de melhora com relação aos direitos trabalhistas não é linear: por um lado avança na qualidade do trabalho e, por outro, segue a precarização. Neste contexto, a melhora dos indicadores de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI com relação aos anos 1990, não foi suficiente para recuperar a degradação do trabalho que ocorreu no período neoliberal, (ALVES; CORSI, 2010). Para Alves e Corsi (2010) se “(...)conseguiu restringir – ou colocar barreiras – ao avanço da degradação do trabalho (assim, embora não tenha conseguido ir além do modelo de desenvolvimento neoliberal, se conseguiu restringi-lo)”, (ALVES;CORSI, 2010, p.251).

Portanto, apesar dos avanços positivos, os trabalhadores ainda enfrentam problemas de precarização do trabalho. Em parte, pois as mudanças ocorridas nos anos 1990 com relação à reestruturação produtiva, à desregulação e a flexibilização do trabalho afetaram o poder de regulação pública e a própria organização dos trabalhadores, (MANZANO; SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Além das questões políticas e econômicas que foram apresentadas nos parágrafos anteriores, Manzano, Santos e Teixeira (2013) consideram importante para a redução do desemprego dois fatores demográficos: a redução da taxa de crescimento da população e a redução dos fluxos de migração interna do país. Enquanto o primeiro faz com que diminua a população em idade ativa, o segundo reduz o número de pessoas procurando emprego nas grandes cidades, devido à diminuição do fluxo rural-urbano.

No governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva e no primeiro ano do de Dilma Rousseff, se observa uma redução da taxa de desemprego continua, com

exceção dos anos de 2006 e de 2009 onde há um crescimento da taxa de desemprego em 0,2% (Gráfico 3). Em 2009 esse aumento pode ser explicado pela variação negativa do PIB (-0,3%), sendo esta, em boa medida, reflexo da crise econômica mundial. É importante observar que apesar da retração do PIB nesse ano, os efeitos no emprego foram bastante suaves, principalmente devido ao sucesso das políticas anti-cíclicas implementadas pelo governo brasileiro, (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013).

Com uma situação fiscal mais confortável, o governo pôde agir para amortecer o impacto da crise; reduziu temporariamente impostos indiretos sobre produtos, manteve a programação dos investimentos públicos, continuou aumentando o salário-mínimo e fortaleceu os bancos públicos para que pudessem compensar a retração dos privados no atendimento da demanda de crédito (MANZANO; SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p.35).

Da mesma forma, é possível observar que as variações do PIB no período considerado, não tiveram grande influência na variação da taxa de desemprego, que manteve a tendência de queda apesar da irregularidade do crescimento econômico. Analisando o gráfico percebemos também que, até 2009, a tendência de queda na taxa de desemprego segue um ritmo bastante similar ao da média latino-americana, em parte pelo fato do Brasil ter um grande peso na economia da América Latina. Porém, após 2009, o Brasil passa a ter uma redução do desemprego mais acentuada do que a média.

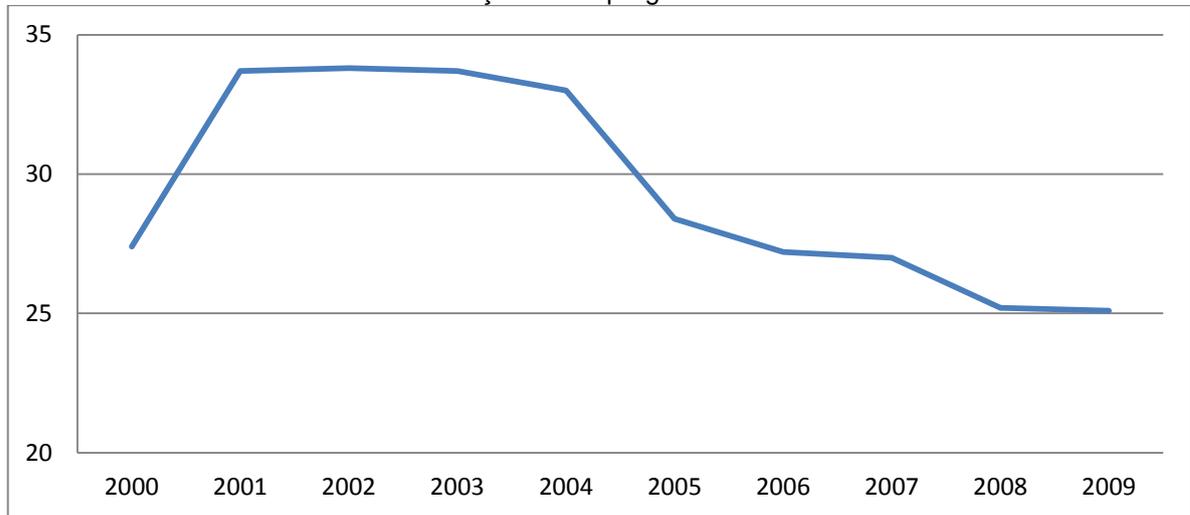
Gráfico 3 - Taxa de desemprego aberto no Brasil, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB do Brasil entre 2003 e 2012



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Essa redução do desemprego veio acompanhada de um aumento na formalização dos trabalhadores. Como podemos observar no gráfico 4 já desde 2001 a relação de trabalhadores por conta própria e familiares apresenta tendência de queda, porém é a partir de 2004 que ocorre a redução mais significativa, sendo que em 2006 se chega a valores inferiores aos do ano 2000. Em 2009 o número de trabalhadores por conta própria ou familiares auxiliares representa apenas um quarto da população empregada.

Gráfico 4 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total no Brasil entre 2000 e 2009



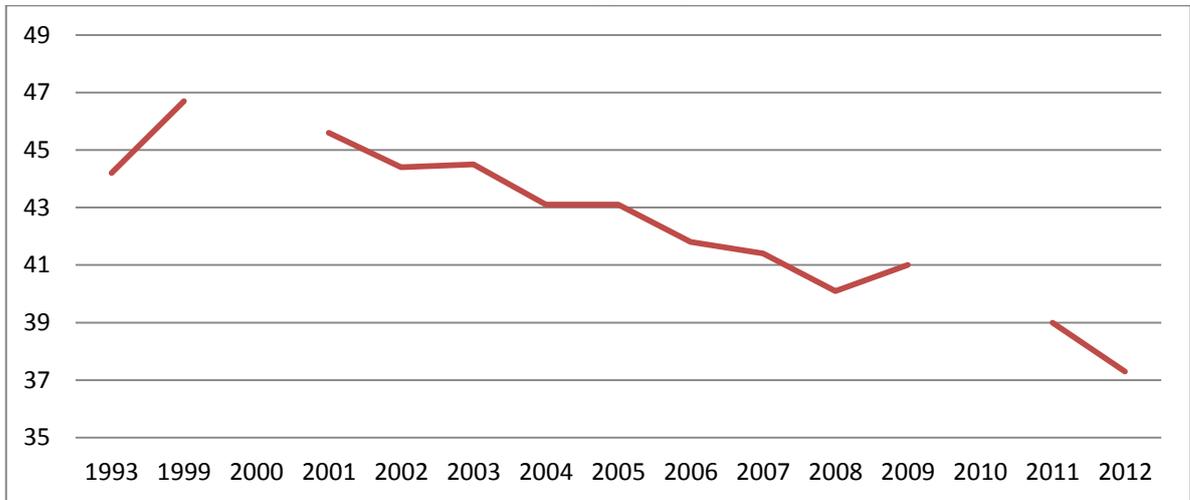
Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Quando se analisa através da perspectiva do setor informal, o movimento apresentado no gráfico 5 deixa evidente a redução da informalidade no século XXI no Brasil. Colocamos o movimento ocorrido entre 1993 e 1999 para mostrar a quebra de uma tendência a partir da virada do século. Já em 2002 o setor informal passa a ter menor importância do que em 1993. A partir de 2001 o único ano que apresenta um crescimento do setor informal é o de 2009, possivelmente por efeitos da crise internacional.

Além da diminuição do desemprego, dos esforços de regulamentação do trabalho e do contexto econômico favorável, Alves e Corsi (2010) apresentam outros dois fatores que nos ajudam a compreender esta tendência, a formalização de trabalhadores domésticos e o aumento do emprego público (funcionários público estatutário) (ALVES; CORSI, 2010, P.251).

Apesar dos indicadores positivos do aumento da formalidade, há uma série de tentativas de burlar a legislação trabalhista. Desta forma, apesar de serem muitas vezes considerados empregos formais, se busca disfarçar o vínculo empregatício “simulando uma relação contratual entre entes iguais”, por exemplo, através de falsas cooperativas de trabalho, contratação de empregados como autônomos ou como pessoa jurídica (MANZANO; SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Gráfico 5 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) no Brasil entre 1993 e 2012

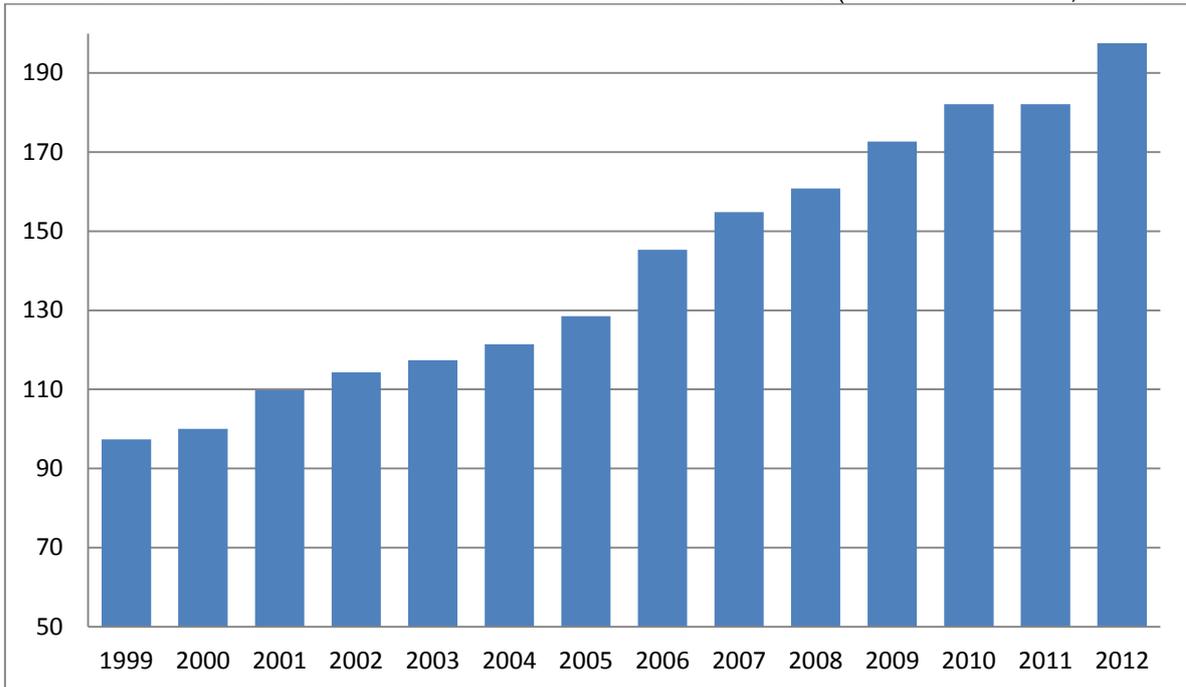


Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Junto com o movimento de melhoria nas taxas de desemprego e na informalidade, também há um cenário positivo com relação às remunerações dos trabalhadores. Como é possível observar no gráfico 6, há uma valorização contínua e significativa do salário mínimo real no Brasil. Ressalte-se que esse aumento real da remuneração mínima verifica-se em todo período tratado no gráfico 6, ou seja, já estava presente no governo FHC e no governo Lula e consegue manter seu valor crescente. Entre 2000 e 2012, o salário mínimo sofre um aumento real de 97,5%. De 2003 a 2012, o crescimento é de 80 pontos percentuais. Esse aumento se deve, em grande parte, à consolidação da política de valorização do salário mínimo, fruto de um esforço conjunto dos sindicatos com o governo. Para Krein, Santos e Moretto (2013), além disso, a valorização do salário mínimo foi fundamental para

elevar os rendimentos do trabalho de ocupações precárias, cujo processo de melhoria da qualidade, entre vários aspectos, significou a ampliação de rendimentos indiretos, como o décimo-terceiro salário, o FGTS, 1/3 de férias, seguro-desemprego, auxílios(acidentes, doenças), 14.o salário (PIS) e outros (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013, p.35).

Gráfico 6 – Índice do salário mínimo real no Brasil entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

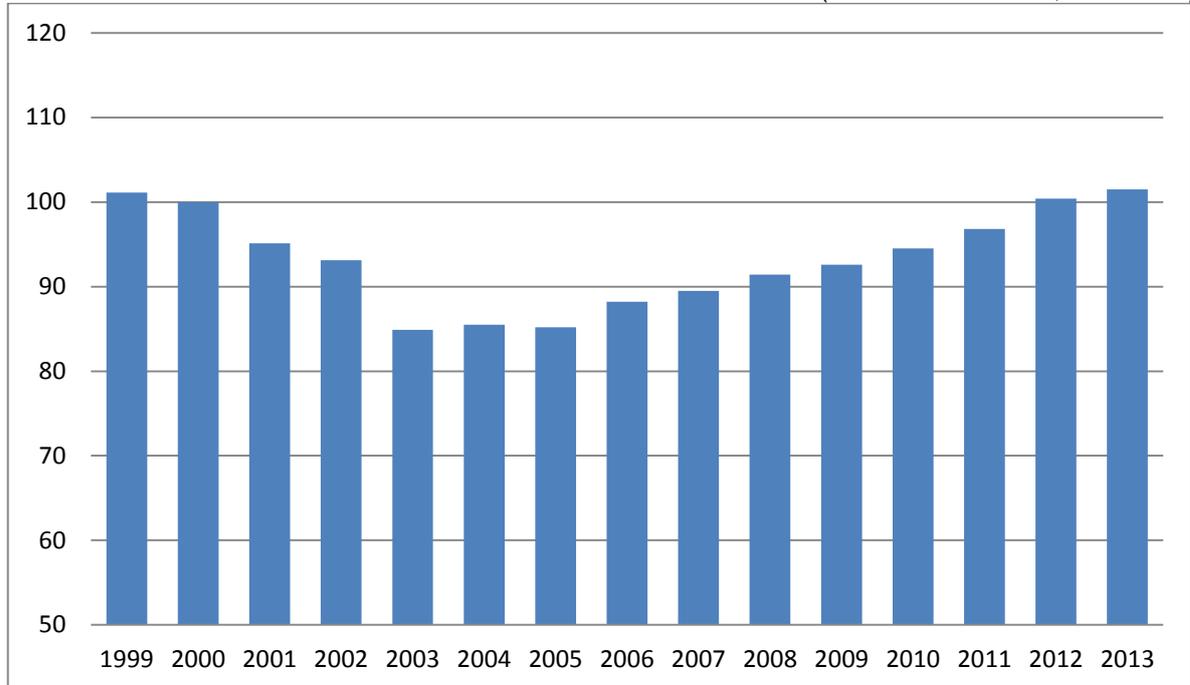
O comportamento da remuneração média se diferencia do comportamento do salário mínimo. É possível observar que há uma desvalorização do salário médio de 1999 até 2003. Entretanto, a partir de 2004 o salário médio passa a apresentar uma tendência de alta, sofrendo valorizações reais ano a ano. Apesar disso, é apenas em 2012 que o salário médio volta a se equiparar ao valor do ano 2000.

É importante ressaltar ainda que a política de valorização do salário mínimo refletiu no bom desempenho do salário médio, uma vez que colabora para elevar a média dos salários. Sendo assim, pós 2003 (governo Lula), os aumentos do salário mínimo bastante significativos permitiram o crescimento do salário médio, o que não havia ocorrido entre 1999 e 2003. Além disso, tanto com relação ao salário mínimo como médio, o contexto de estabilidade com inflação baixa permitiu que os salários se mantivessem valorizados. Os indicadores observados anteriormente, como a taxa de desemprego declinante e o aumento da formalidade, também impactaram positivamente nos salários.

Este movimento de valorização dos salários fez com se expandisse a parcela do rendimento do trabalho na renda brasileira, porém, “ao final da década de 2000, o

rendimento do trabalho ainda não alcançou a mesma participação na renda nacional que tinha 1990, 45,4%” (ALVES; CORSI, 2010, p. 253).

Gráfico 7 – Índice do salário médio real no Brasil entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Após analisar os indicadores nesta seção fica bastante evidente a melhora significativa do mercado de trabalho do Brasil neste início de século. Como explicado inicialmente, o contexto econômico favorável somado a políticas pró-trabalhadores tiveram impactos positivos. Assim, foi possível em parte barrar o avanço da precarização do trabalho vinda do período neoliberal.

4.2 COLÔMBIA

Ao longo dos anos 1990 a Colômbia acompanhou o processo de flexibilização do trabalho e desregulamentação do mercado de trabalho que ocorreu na América Latina. Como visto no capítulo anterior, o governo eleito em 2002, do presidente Álvaro Uribe, não se apresentava como crítico a esse modelo neoliberal. Pelo

contrário, o novo governo considerava as normas trabalhistas demasiado rígidas e assim buscava aprofundar o processo iniciado na década anterior.

Uma das primeiras medidas deste novo governo foi a Reforma Laboral ainda em 2002 (Lei 789/2002), quando o número de desempregados no país atingia quase um quinto da população economicamente ativa (18,2% em 2001). Esta medida buscava, por um lado, aumentar a proteção social, ainda que de forma insuficiente com será visto adiante, e, por outro, dar maior flexibilidade às relações trabalhistas com o objetivo de diminuir os custos do trabalho. Para Torres (2000), “El enfoque sobre la flexibilización y la relevancia dada al costo salarial como problema del mercado de trabajo indica que un marco teórico de referencia de una parte de la política, tomado deliberadamente o no, era el neoclásico” (TORRES, 2011, p.185).

Assim como em outros países da América Latina, os defensores do neoliberalismo afirmavam que as normas trabalhistas nos países latino-americanos estavam ultrapassadas e que este seria o grande problema do mercado de trabalho. Seguindo esta visão, a Reforma ampliava as formas de contratação (temporários, de tempo parcial, de aprendizagem), aumentava a jornada de trabalho diurna, diminuía o valor da horas extras dominicais e de feriados e reduzia, para os empregadores, os custos de demissão dos funcionários, (ELICABIDE, 2013; TORRES, 2011).

Não entraremos profundamente nas questões relacionadas à proteção social, entretanto, para exemplificar como as medidas relacionadas à este tema na Reforma Laboral foram insuficientes, explicitaremos a questão do auxílio a desempregados. Primeiramente, é necessário considerar que na Colômbia não há seguro desemprego (um dos requisitos das políticas de trabalho decente da OIT), sendo tão somente um subsídio ao desemprego, a política econômica posta em prática a partir de 2003. Este subsídio não chegava a cobrir mais de 5% dos desempregados e era específico para aqueles com maior vulnerabilidade. Em 2008, por exemplo, o subsídio garantia apenas 18,5% do salário mínimo colombiano (TORRES, 2011; GIRALDO, 2010). Podemos observar então que sim há um aumento da proteção social, porém de forma pouco significativa.

A política trabalhista do governo de Álvaro Uribe (2002-2010) estava centrada no crescimento econômico, pois o governo acreditava que os problemas de desemprego além do alto grau de informalidade se resolveriam via mercado, desde

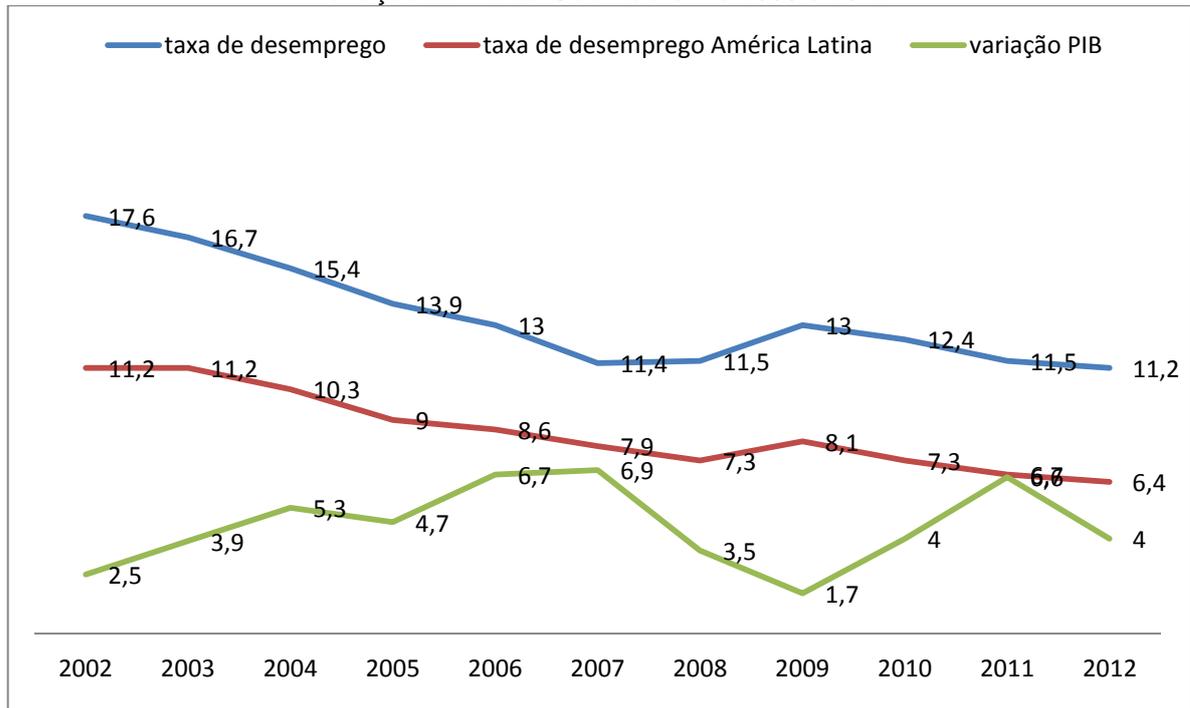
que se houvesse um bom desempenho econômico do país (TORRES, 2011). Segundo Elicadibe (2013), um dos eixos principais das políticas de emprego do governo Uribe eram os programas de fomento do emprego via demanda de trabalho que buscavam aumentar o emprego no setor privado através de subsídios tributários (seguridade inversionista) às empresas privadas e da diminuição de custos trabalhistas, flexibilizando as formas de contratação. No entanto, estas políticas não causaram o retorno esperado, pois foram realizadas em áreas que não geravam muito emprego (ELICABIDE, 2013).

Para Giraldo (2010) esta política de isenção tributária criou um processo de terceirização da industrialização através de médias e pequenas “plantas maquiladoras”, ainda mais flexibilizadas “las cuales incorporan trabajo por cuenta propia, familiar sin remuneración y asalariado precarizado” o que levou a uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores e intensificação da situação de precariedade dos trabalhos (GIRALDO, 2010, p.181).

Analisando a taxa de desemprego da Colômbia, vemos que ela apresenta tendência de queda no governo Álvaro Uribe. É importante ressaltar que a segunda menor taxa de desemprego ocorre justamente no auge do crescimento econômico do período, em 2007, quando a taxa de variação do PIB é de 6,9% e a taxa de desemprego é de 11,4%. Já quando o PIB volta a patamares mais baixos de crescimento, com uma taxa de 1,7%, o desemprego volta a crescer, alcançando 13% em 2009. É possível observar que a variação da taxa de desemprego esteve muito ligada às variações do PIB, sintoma de políticas trabalhistas marginais e submetidas ao desempenho econômico (TORRES, 2011).

Na comparação entre as tendências da taxa de desemprego média da América Latina e a taxa de desemprego colombiana, se observa que até 2007 a queda do desemprego era mais acentuada na Colômbia vis-à-vis a média dos países latino-americanos. Entretanto, a partir de 2007, há uma desaceleração da queda da taxa de desemprego colombiana até 2009, quando se estabiliza, em um comportamento bastante similar ao da média latino-americana.

Gráfico 8 - Taxa de desemprego aberto na Colômbia, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB da Colômbia entre 2003 e 2012

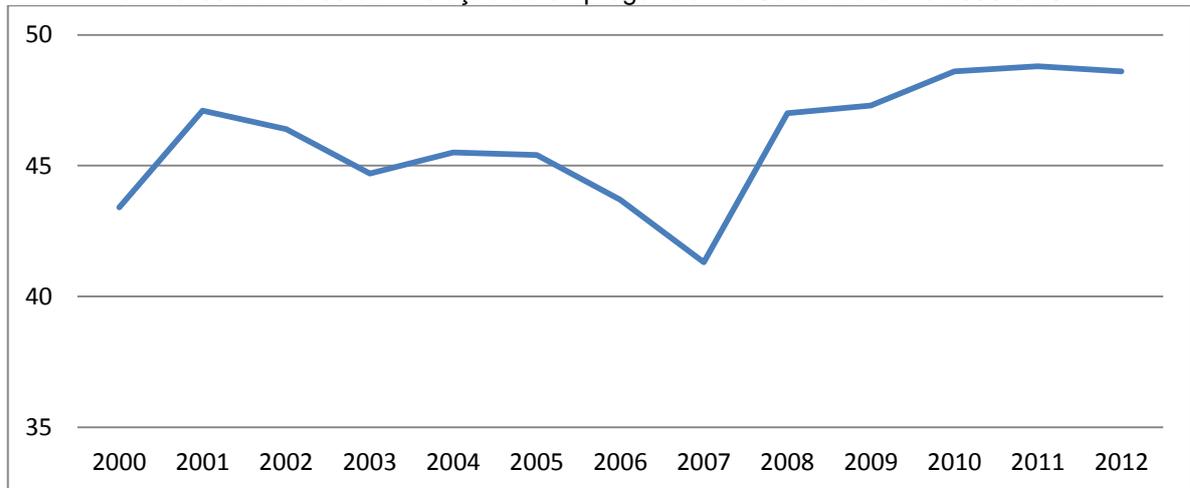


Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Os dados sobre informalidade ficaram aquém do esperado pelo governo Uribe. Ao implantar a Reforma Laboral, o governo argumentava que uma maior flexibilização da legislação trabalhista iria influenciar positivamente na geração de empregos formais. Entretanto os dados não apontaram avanços significativos após 2002.

Analisando o gráfico a seguir, percebemos que a proporção de trabalhadores por conta própria e familiares já apresentava uma queda em 2002, sendo que a Reforma só foi aprovada em dezembro deste mesmo ano. Este valor tem uma tendência declinante, apesar de irregular, até 2007, quando volta a subir chegando a valores superiores ao ano 2000 a partir de 2010. Se compararmos com o gráfico anterior a menor porcentagem de trabalhadores por conta própria e familiares auxiliares ocorre em 2007 no mesmo ano em que encontramos a menor taxa de desemprego e a maior variação do PIB do período analisado.

Gráfico 9 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total na Colômbia entre 2000 e 2012

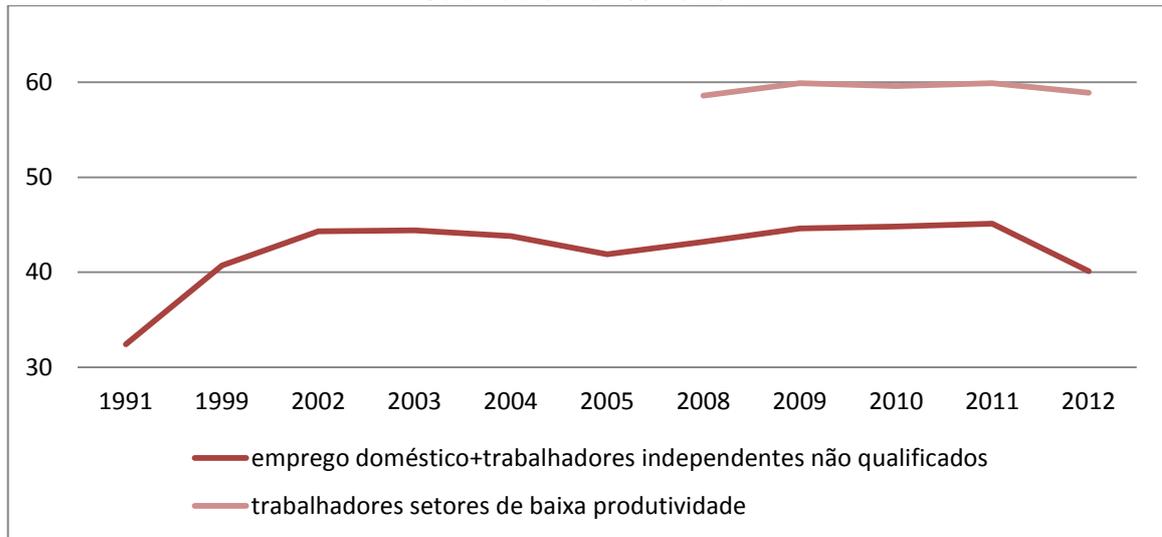


Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Sobre os trabalhadores do setor informal, os dados completos só estão disponíveis após 2008, pois houve modificação nos critérios com relação à microempresas, tornando a série não comparável. Assim, no gráfico 10 utilizamos duas séries: a mais longa representa apenas parte do setor informal, pois não considera os trabalhadores em microempresas; já a menor que inicia a partir de 2008 e que segue a definição completa de setor informal segundo a OIT. Como o nosso estudo tem como foco compreender os movimentos no mercado de trabalho, consideraremos o indicador que apresenta parte do setor informal para observar o movimento da formalização, considerando que nos anos que temos o setor formal completo ambos apresentam as mesmas tendências.

Desta forma, se observa um aumento do setor informal entre 1991 e 2002 e, a partir de 2003 uma queda até o ano de 2005, quando volta a apresentar crescimento até 2011. Vale ressaltar que em 2006 e em 2007 o PIB da Colômbia estava tendo crescimento expressivo (6,7 e 6,9 respectivamente), mas isso não se refletiu em aumento relativo do setor formal. Quando se analisa a série completa do setor informal observamos que em quatro desses anos, entre 2008 e 2012, não houve variações significativas. Além disso, no período, o setor informal representou quase 60% dos ocupados na Colômbia, ou seja, mais da metade dos trabalhadores estavam em ocupações consideradas precárias.

Gráfico 10 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) na Colômbia entre 1991 e 2012



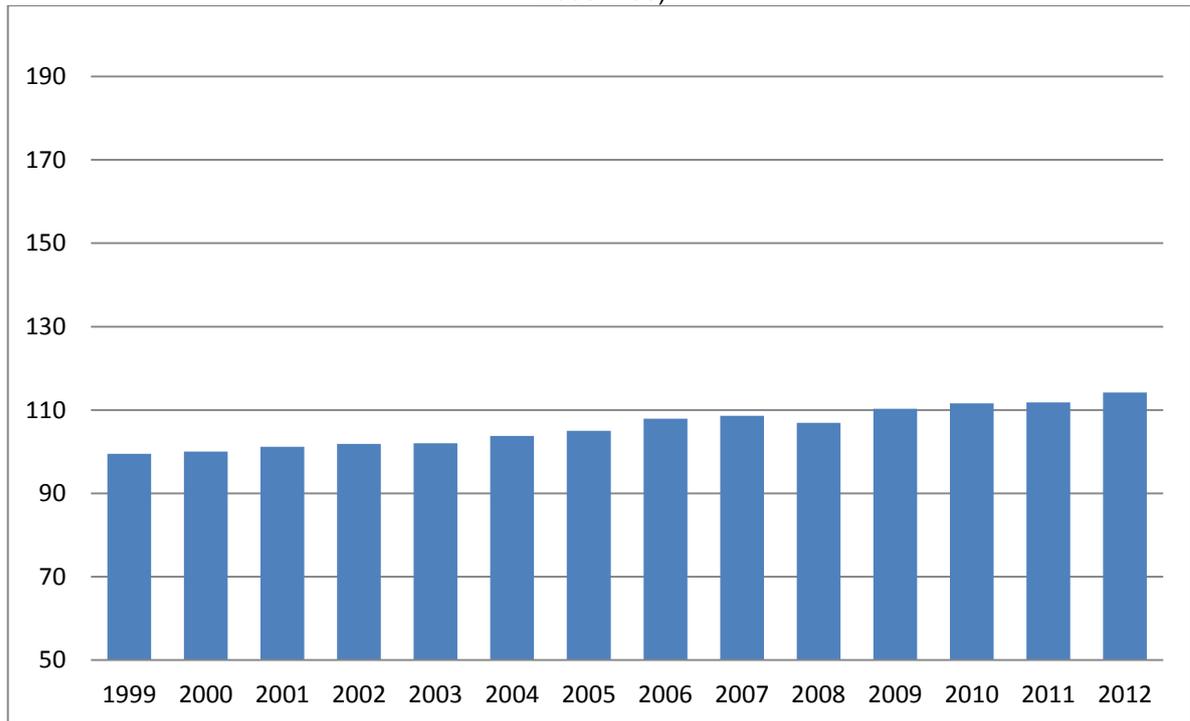
Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Podemos concluir então que Álvaro Uribe deixa o governo em 2010 com uma situação pior com relação à informalidade do que quando assume a presidência em 2002. Fato este que nos leva a crer que a maior flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho tiveram impactos negativos na tentativa de aumentar relativamente o emprego formal, mesmo em um cenário que deveria ser favorável de crescimento econômico e de redução do desemprego.

Com relação ao salário mínimo se observa que, exceção ao ano de 2008, em todos os outros houve valorização real, ou seja, a remuneração subiu acima da inflação. Além disso, não é possível notar nenhuma mudança na tendência após a Reforma Laboral de 2002. Apesar de valorizações contínuas, o aumento real foi baixo, entre 2000 e 2012, de apenas 14,2%.

Cabe ainda ressaltar que o salário mínimo na Colômbia é determinado através de uma negociação tripartite com representantes do governo, dos trabalhadores (centrais sindicais) e do setor empresarial, caso não haja acordo é o governo quem deve decidir o valor do salário. Entretanto, Elicabide (2013) afirma que entre o ano de 2000 e de 2010 “generalmente las negociaciones salariales tripartitas fracasaron definiéndose el SM por Decreto, en general los salarios se fijaban más cercanos de la propuesta de los gremios empresariales que a la de los Sindicatos”, (ELICABIDE, 2013, p.11).

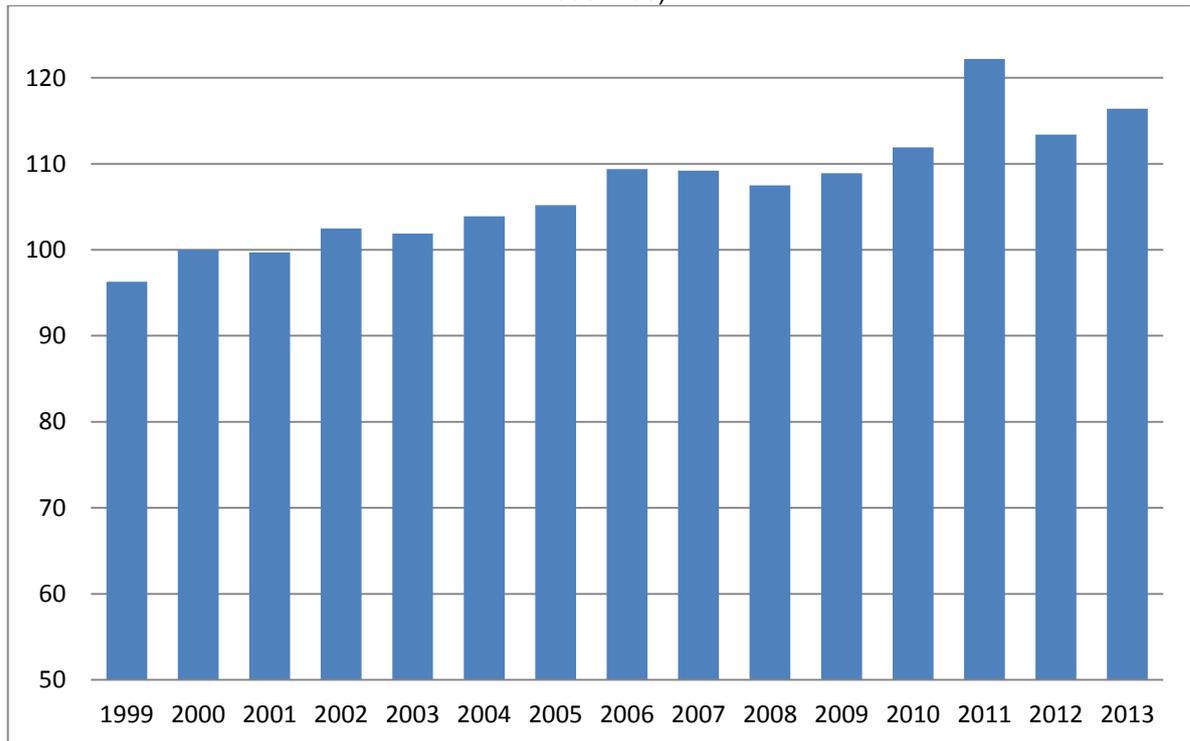
Gráfico 11 – Índice do salário mínimo real na Colômbia entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Já o salário médio, apesar de também apresentar uma tendência crescente, teve maior irregularidade apresentando desvalorizações reais em 2001, 2003, 2007, 2008 e 2012. O que se pode concluir através da análise destes gráficos é que não há uma mudança significativa na variação tanto dos salários médios reais quanto do salário mínimo real após a Reforma Laboral de 2002, mostrando uma continuidade de projeto em relação à política salarial.

Gráfico 12 – Índice do salário médio real na Colômbia entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Os dados sobre o mercado de trabalho observados nesta seção mostram movimentos distintos. Embora, o desemprego tenha apresentado um melhor comportamento a partir da virada do século com relação à década de 1990, isso não se refletiu na diminuição relativa da informalidade que, pelo contrário, continuou aumentando no período. Também a valorização do salário mínimo foi pequena em comparação com o salário médio. Assim, não se observa mudanças significativas após a Reforma Laboral.

4.3 VENEZUELA

A Venezuela buscou uma ruptura efetiva com o modelo neoliberal e objetivou a construção de uma nova sociedade. Como foi discutido anteriormente, o governo Chávez teve como horizonte implementar o socialismo do século XXI no país. Entretanto, no que concerne ao mercado de trabalho, apesar de mudanças significativas com relação aos anos 1990, não houve um novo marco regulatório adaptado à essa transição ao socialismo (LUCENA, 2010).

Assim como nos outros países analisados neste estudo, o mercado de trabalho da Venezuela também foi beneficiado com o crescimento econômico e com o cenário externo favorável. No caso venezuelano, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional jogou um papel fundamental, pois o país ainda depende profundamente da renda petroleira. Grande parte do sucesso das políticas voltadas para o trabalho dependia de um fortalecimento e ampliação do Estado, que só foi possível graças a renda vinda do petróleo (IRANZO, 2011).

Quando Chávez foi eleito ele propôs a Constituição Bolivariana. Entre as mudanças indicadas nessa nova Constituição havia algumas que impactariam fortemente o mundo do trabalho como a redução da jornada de trabalho para 36 horas. Porém, essas medidas não foram aprovadas no plebiscito popular realizado em 2007. Assim, para Lucena (2010, p.406), “falta una reforma integral para adecuar la normativa laboral a la transición que ha venido adelantándose hacia el socialismo del siglo XXI”.

A situação do mercado de trabalho na Venezuela precisa ser analisada considerando uma questão central: apesar dos esforços para romper com as políticas neoliberais, as políticas do governo de Hugo Chávez, com relação ao emprego, não foram voltadas aos trabalhadores assalariados. Isto porque “el empleo subordinado es concebido como una rémora del pasado que impide el verdadero desarrollo de las potencialidades humanas, adquiriendo el trabajo autónomo una nueva valoración” (IRANZO; RICHTER, 2006).

Para Lucena (2008) e Iranzo e Richter (2006), no governo Chávez uma nova forma de organização produtiva estava sendo buscada, onde a prioridade são as formas de propriedades sociais que visem construir um Modelo Produtivo Socialista. Assim, o governo venezuelano fomentou o cooperativismo e o trabalho associado, além da formação de microempresários. Esta visão já está presente desde o princípio do governo, mas é em 2002 que, deliberadamente, há uma política de emprego neste sentido. Iranzo e Richter (2006) resumem as estratégias centrais para o emprego,

- a) la conservación de los puestos existentes a través de decretos ejecutivos que prohíben el despido sin autorización previa de la inspección del trabajo

(inamovilidad laboral); b) la promoción del trabajo informal y de los microempresarios; c) la promoción de cooperativas de trabajo asociado y la creación de las misiones como forma de redistribución del ingreso en sustitución a la creación de puestos de trabajo productivos (IRANZO; RICHTER, 2006, p.9).

Com relação ao primeiro item, a proibição das demissões sem justa causa teve inicialmente um resultado positivo, porém, ao longo do tempo, gerou um aumento das subcontratações e das contratações temporais. A promoção do setor informal¹⁰ ocorreu através de uma série de incentivos ao microcrédito por parte do governo. Junto a isso, o governo passou a fazer vista grossa em relação aos trabalhadores não regularizados que trabalhavam na informalidade (IRANZO, 2011). A criação das “misiones”, citada acima, se refere ao programa do governo *Misiones Vuelvan Caras* que tinham como objetivo, através de cursos preparatórios para trabalhadores, ajudar a estabelecer uma nova economia, incentivando a economia solidária e a economia popular.

Essas medidas ocorrem em parte como resposta às dificuldades econômicas que a Venezuela passou em 2002 e 2003. Durante esse período, o governo identificou uma sabotagem por parte dos empresários, que não viam vantagem no sucesso das políticas de Chávez, e assim avaliou que só conseguiria realizar mudanças com o apoio dos trabalhadores (IRANZO; RICHTER, 2006). Para tanto, o governo volta seus esforços para incentivar a formação de cooperativas e de novas formas de organização produtiva¹¹ (LUCENA, 2010).

Essas formas de gestão eram incentivadas tanto como uma alternativa de ocupação de caráter familiar ou comunitário, e também como uma transformação de empresas privadas em cooperativas. Neste último caso a forma de estimular a transformação para o cooperativismo foi através de uma normativa que estabelecia prioridade para a contratação de cooperativas em empresas públicas e instituições

¹⁰ Como discutido no capítulo 2, são considerados trabalhadores do setor informal segundo a OIT trabalhadores nos setores de baixa produtividade, sendo estes trabalhadores independentes (não profissionais nem técnicos), trabalhadores domésticos e microempresas de até cinco funcionários.

¹¹ As principais novas formas de organização produtiva na Venezuela são as Empresas de Producción Social (Empresas de Produção Social) e as Empresas de Propriedad Social (Empresas de Propriedade Social) – nas quais a produção não deve ser de forma alienada e nem hierárquica, podendo ser propriedade estatal, coletiva ou combinação de ambas. Ver Lucena (2010).

do Estado. Desta forma, algumas empresas que prestavam serviços ao governo se tornaram cooperativas.

Entretanto, assim como ocorreu em outros países, muitas cooperativas acabaram funcionando apenas como fachada para empresas que queriam se beneficiar das políticas financeiras do governo e ainda com a vantagem de não pagar direitos trabalhistas. Assim, havia uma crítica das cooperativas que já estavam consolidadas anteriormente ao afirmarem não estar se constituindo, de fato, um desenvolvimento autêntico das cooperativas (LUCENA, 2010, p. 417).

Apesar destas dificuldades, o que observamos na Venezuela é uma nova lógica com relação ao trabalho. Ou seja, não é apenas o nível de emprego ou salário que está no centro da preocupação do governo e sim uma forma que reduza a exploração do trabalhador. O Estado exerce um papel central nesta forma de organização do trabalho, tanto como fomentador quanto como empregador. Ao mesmo tempo, essa centralização no Estado acabou tentando tirar a autonomia do movimento sindical que teve diversos conflitos com o governo Chávez. Para Iranzo (2011), houve uma mudança da lógica do capital para a lógica do Estado, que não dá espaço aos atores sociais que não concordam com as políticas do governo. Para ela “en ninguno de los dos casos ha existido el ejercicio de una democracia asentada sobre la negociación y el respeto de los diferentes intereses que componen la sociedade” (IRANZO, 2011, p.33). Enquanto não se alcança o objetivo socialista, os trabalhadores que continuam inseridos em uma lógica capitalista acabam por ser prejudicados, deixando o sindicalismo marginalizado.

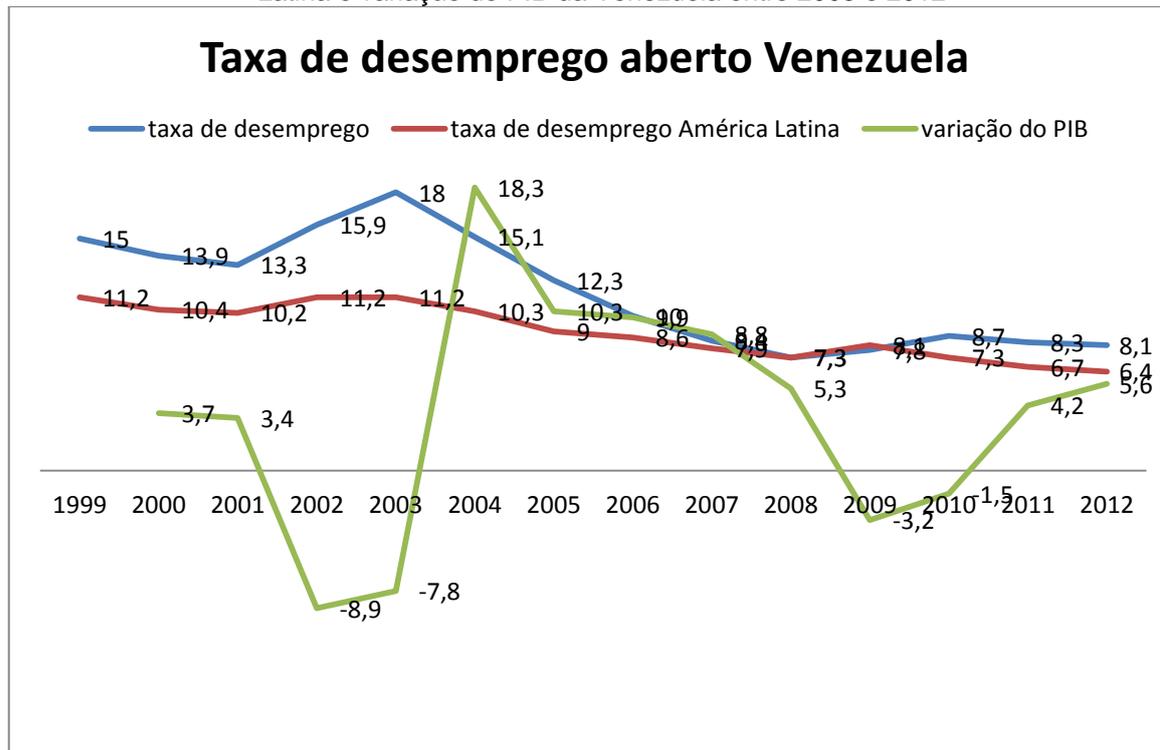
Com relação aos movimentos da taxa de desemprego, podemos notar uma queda substancial do desemprego principalmente após 2003. Neste período, a taxa de desemprego venezuelana que era bastante superior à taxa média latino-americana se aproxima desta última. Ou seja, a intensidade da diminuição do desemprego na Venezuela é maior do que a média dos países da América Latina.

Comparando o movimento da taxa de desemprego e a variação do PIB verificamos que a taxa de desemprego apresenta um aumento em 2002 e 2003, anos em que a variação do PIB é negativa em 8,9% e 7,8%, respectivamente. Porém, após 2003, o movimento de redução da taxa de desemprego parece ser contínuo apesar das variações do PIB. Vale ressaltar que o crescimento

impressionante de 2003 para 2004 está relacionado ao aumento expressivo do preço do petróleo¹².

Assim, a queda sustentada do desemprego ocorre após esta nova estratégia de manutenção e geração de emprego explicitada por Irazo e Richter (2006). Em nove anos (entre 2003 e 2012), a taxa de desemprego reduz 10 pontos percentuais.

Gráfico 13 - Taxa de desemprego aberto na Venezuela, taxa de desemprego aberto na América Latina e variação do PIB da Venezuela entre 2003 e 2012



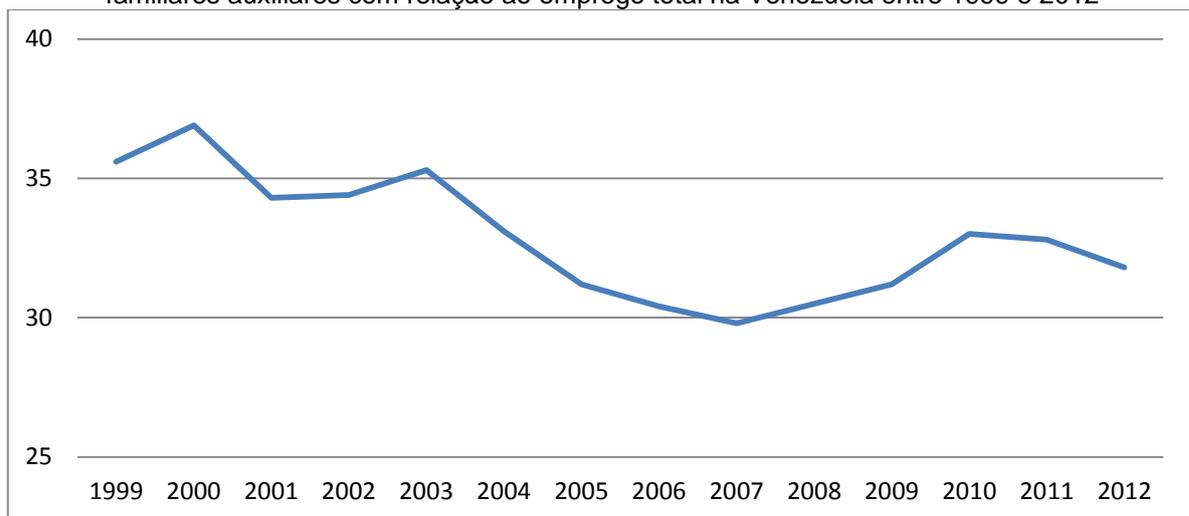
Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Para analisar o emprego informal na Venezuela é preciso observar a visão do governo de que o setor informal não é algo negativo. Na lógica inversa da Colômbia e do Brasil que buscam reduzir o emprego informal, o governo venezuelano incentivou os trabalhadores até mesmo a saírem de empregos formais. Dessa forma, não há políticas visando essa superação, pelo contrário, o governo busca incentivar os trabalhadores que estão à margem do processo de produção (LUCENA, 2010).

¹² O preço internacional do barril do petróleo (brent) durante a década de 1990 teve uma redução de U\$ 22,98 em 1990 para U\$ 17,98 em 1999. Já na década de 2000, o preço do barril de petróleo foi de U\$ 28,23 em 2000 para U\$ 79,03 em 2010. Em 2011, o barril estava U\$ 104 e em 2012 U\$ 105.

Apesar do apoio governamental para aos trabalhadores independentes e às organizações cooperativas¹³, há uma tendência de queda no número de trabalhadores por conta própria e familiares com relação ao emprego total, como se observa no gráfico 14. Entretanto essa redução ocorre de forma bastante irregular durante o período analisado. Em parte, essa irregularidade pode ser explicada pela dificuldade de sustentação das cooperativas e pela tentativa de usar esta forma de organização para burlar a legislação trabalhista, como foi dito anteriormente. Segundo o Censo de Cooperativas, apenas uma a cada quatro cooperativas criadas até 2006 conseguiram se consolidar como cooperativas, para Lucena (2010), isso reflete que “obviamente, muchas se crearon para propósitos circunstanciales, sin la debida formación cooperativa” (LUCENA, 2010, p. 417).

Gráfico 14 - Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou como trabalhadores familiares auxiliares com relação ao emprego total na Venezuela entre 1999 e 2012



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

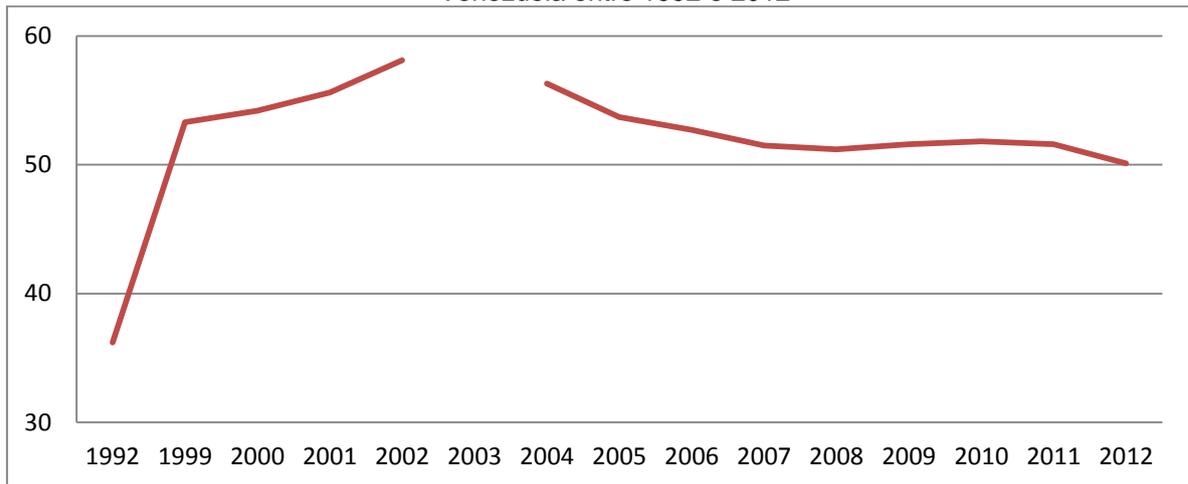
Quando se analisa da perspectiva do setor informal, que é o conjunto de trabalhadores empregados em setores de baixa produtividade, a tendência decrescente fica mais visível.

Notamos que no período neoliberal, entre 1992 e 1999, há um aumento substancial do setor informal e, após a eleição de Chávez, essa tendência de crescimento se mantém até 2002. Apesar da redução do setor informal, em 2012 ele representava metade da população ocupada, estando apenas um pouco abaixo da

¹³ Para CEPAL, os membros de cooperativas são considerados trabalhadores por conta própria, pois sua remuneração de trabalho (e de seus sócios) depende dos benefícios dos bens e serviços produzidos por eles.

porcentagem de 1999. Assim, o que percebemos na análise dos gráficos do período Chávez foi uma leve tendência de queda da ocupação informal, apesar de movimentos contraditórios de aumento e redução.

Gráfico 15 - Porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal) na Venezuela entre 1992 e 2012



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

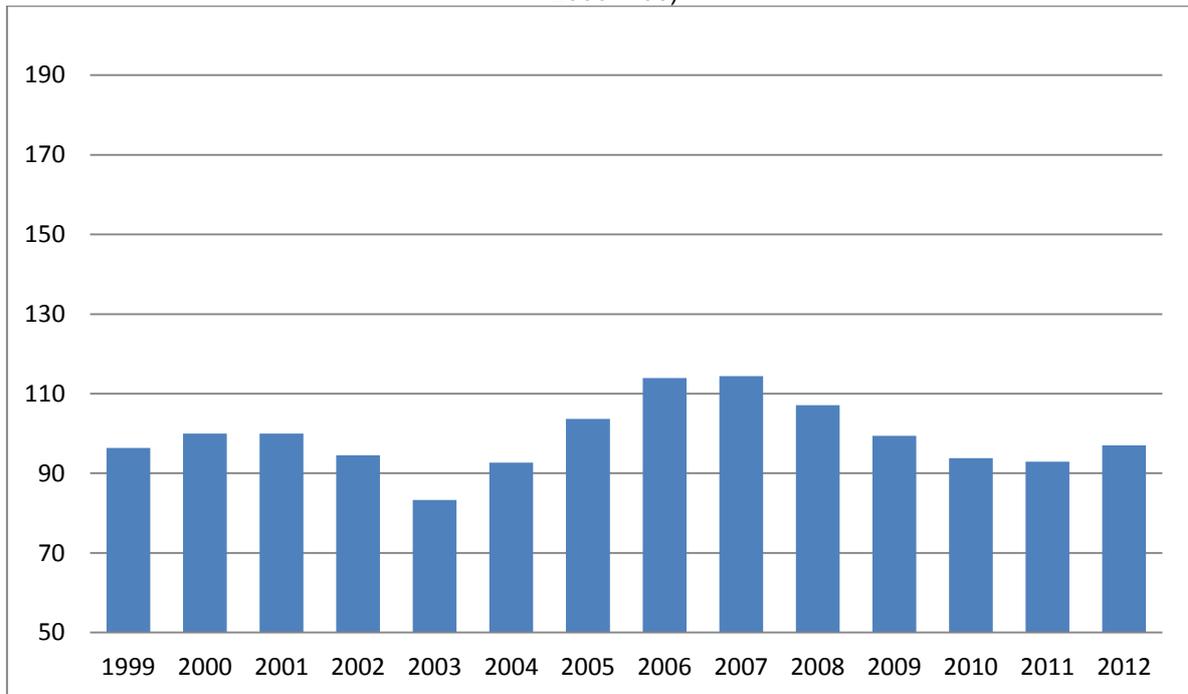
Os salários apresentaram o pior comportamento entre os indicadores analisados para a Venezuela. Mesmo com os aumentos nominais do salário mínimo na Venezuela a inflação corroeu o salário real. Como os ajustes são anuais por mais que a política do governo seja corrigir o salário mínimo acima da inflação, ao longo do ano os salários vão perdendo seu valor real.

Houve um período de valorização do salário, entre 2003 e 2006, porém a partir de 2007 o salário mínimo tem uma desvalorização real, chegando em 2011 com um poder de compra inferior ao de 1999. A definição de como deveria ser determinado salário mínimo na Venezuela passou por controvérsias no período do governo Chávez. Legalmente, o seu valor deveria ser negociado entre empregadores e trabalhadores e, em um segundo momento, passado ao executivo que podia aprovar ou fazer modificações.

Entretanto, a partir de 1999, foram chamadas outras instituições para a negociação, o que gerou um confronto com os representantes tradicionais dos sindicatos e das empresas, “a tal punto que denunciaron el problema ante la OIT por considerar que ello implicaba la deformación y ruptura del diálogo social” (LUCENA,

2010, p. 408). Após estes conflitos dos representantes dos empresários e dos sindicatos com o governo, ficou estabelecido que o salário mínimo seria determinado pelo governo (LUCENA, 2010).

Gráfico 16 – Índice do salário mínimo real na Venezuela entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)

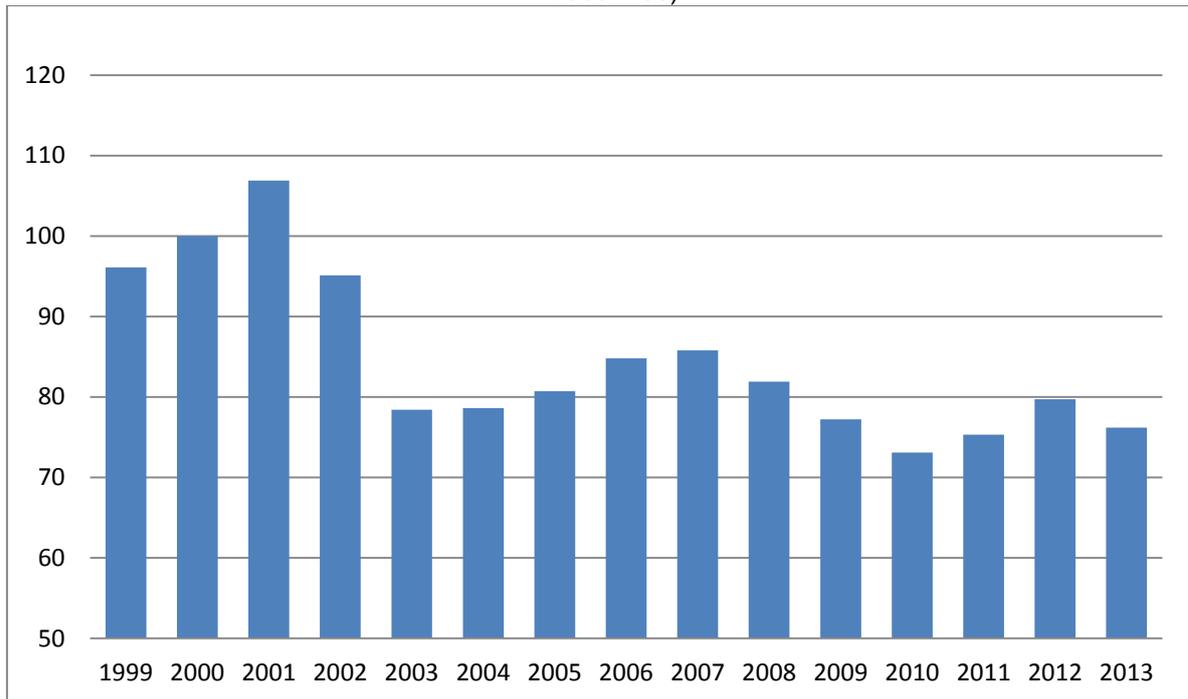


Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Observando os gráficos (16 e 17) se nota que entre 2003 e 2012 a remuneração média e o salário mínimo tiveram um movimento muito parecido, embora as variações do salário médio real tivessem sido maiores. É possível perceber também uma grande diminuição do salário médio real entre 2001 e 2003. Assim como o salário mínimo, o valor do salário médio igualmente foi corroído pela inflação¹⁴, de modo que, de uma maneira geral, a partir de 2001 ele sofre decréscimos significativos atingindo o menor valor real no ano de 2010.

¹⁴ A inflação anual na Venezuela em 2003 era de 21,7%, em 2010 chegou a 28,2% (Fonte: Banco Mundial, 2014).

Gráfico 17 – Índice do salário médio real na Venezuela entre 1999 e 2012 (índice anual médio, 2000=100)



Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Pelo exposto anteriormente, ficou clara a deterioração das remunerações dos trabalhadores no período do governo Chávez. E também que a redução do valor real do salário médio foi superior à do salário mínimo. No final da série analisada, em 2012, o salário mínimo se aproxima do valor real que tinha em 1999, enquanto o salário médio se reduziu significativamente. Entre 2001 e 2013 houve uma redução de quase metade do salário médio.

Com relação aos indicadores analisados, podemos então concluir que na Venezuela houve uma redução significativa das taxas de desemprego, com a informalidade apresentando variações, apesar de uma pequena tendência de queda, algo que em parte mostra que os incentivos governamentais não surtiram os impactos desejados. Já os salários reais caíram. Isso fica mais nítido em relação ao salário médio, já que o mínimo apresentou uma elevação no meio do período, entre 2005 e 2009, voltando a cair daí em diante.

Em once años de transformaciones diversas em el modelo productivo aún no se há logrado consolidar un sistema productivo alternativo al tradicional. La transición al socialismo muestra una gradual estatización de entidades productivas, pero con muy limitados resultados tanto en lo productivo como en alcanzar estadios más avanzados de convivencia entre los trabajadores,

en sus diversos segmentos, y en la relación con las comunidades y con los entes estatales (LUCENA, 2010, p.247).

4.4 UMA ANÁLISE COMPARADA

Comparando os três países analisados, observamos que há diferenças claras nas medidas de política econômica voltadas ao mercado de trabalho. Elas expressam diferentes visões de desenvolvimento. Diferentemente dos anos 1990 quando havia quase consenso com relação à implementação do modelo neoliberal, nos anos 2000 alguns países questionaram a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho o que em boa medida, representou um avanço para os trabalhadores. Essa mudança de objetivos impactou diretamente na vida dos trabalhadores.

Os três países analisados foram beneficiados com o crescimento econômico nos anos 2000 e com o cenário externo favorável até a crise de 2007. Assim, compreendemos que parte do desempenho positivo é resultado de uma melhora na performance econômica desses países.

Acreditamos que foi o Brasil quem conseguiu atingir de forma mais eficaz a melhora do mercado de trabalho, devido à ação do governo, em certa medida pró-trabalhadores, regulamentando esse mercado e barrando sua flexibilização. Por outro lado, a Reforma Laboral na Colômbia aprofundou o processo de flexibilização e desregulamentação do trabalho iniciado nos anos 90. Já a Venezuela buscou caminhar em direção ao “socialismo do século XXI” o que fez com que o governo criasse medidas com o intuito de constituir um novo modelo de produção, mas a forte intervenção do Estado nas relações de trabalho acabou por, em parte, desestruturar a luta trabalhista no país.

Houve uma tendência de queda do desemprego nos três países estudados. Observamos também que a Colômbia os movimentos do emprego estiveram mais ligados ao desempenho econômico, enquanto no Brasil e na Venezuela manteve-se a tendência de queda, mesmo em anos de redução do crescimento do PIB. Vale observar também a intensidade das reduções, enquanto a Venezuela tinha a taxa de desemprego similar à colombiana em 2003, o país conseguiu reduzir a um dígito em 2006, algo que a Colômbia não conseguiu em todo o período analisado.

Quanto à informalidade o Brasil apresentou os dados mais significativos reduzindo substancialmente a participação dessa relação de trabalho no total dos ocupados. Já na Colômbia a redução da informalidade não foi sustentada, uma vez que mostrou valores similares no início e no fim do período analisado, apesar de algumas variações nos anos intermediários. A Venezuela é um caso a parte com relação à informalidade, pois é algo visto como positivo, com uma nova perspectiva com relação ao trabalho. Mesmo assim, houve queda do setor informal.

Com relação aos salários, a Venezuela apresentou o pior desempenho, o que pode ser explicado pelo aprofundamento do processo inflacionário. Com isso, as valorizações nominais, apesar de altas, não foram suficientes para impedir a queda nos valores reais dos salários, tanto o do mínimo quanto o do médio. Já no Brasil, esse indicador teve um resultado muito positivo, quase dobrando de valor real no período analisado.

Essas melhorias no mercado de trabalho, em conjunto com outras políticas sociais dos governos, refletiram na queda da desigualdade de renda. Na América Latina, a média do índice de Gini passou de 0,547 em 2002 para 0,496 em 2012. Também para os três países analisados há redução desse indicador (Tabela 7). A queda mais expressiva do índice de Gini ocorreu na Venezuela, seguida pelo Brasil. Não por acaso, ambos os países tiveram as maiores reduções do desemprego, além de apresentarem uma melhor performance do salário mínimo comparativamente ao do salário médio.

Tabela 9 - Índice de Gini no Brasil, na Colômbia, Venezuela e a média simples da América Latina entre 2002 e 2012

Brasil	
2002	0,634
2012	0,567
Colômbia	
2002	0,567
2012	0,536
Venezuela	
2002	0,500
2012	0,405
América Latina	
2002	0,547
2012	0,496

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Além disso, analisando a distribuição percentual da renda, também se percebe o aumento do percentual da renda dos 20% mais pobres e a diminuição do mesmo indicador para os 20% mais ricos. Isso pode ser visualizado nos três países estudados como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Distribuição percentual da renda (20% mais ricos e 20% mais pobres) no Brasil, na Colômbia e na Venezuela entre 2001 e 2009

	20% mais pobres	20% mais ricos
Brasil		
2001	2,07	63,93
2012	3,00	60,08
Colômbia		
2001	2,02	61,34
2012	3,20	58,00
Venezuela		
2001	3,97	51,97
2012	5,20	46,00

Fonte: dados obtidos pela autora a partir de CEPAL – Estatísticas Sociais (2014)

Observamos assim que mesmo o país que seguiu o receituário neoliberal teve melhoras nas taxas de desemprego e nos salários, além da queda das desigualdades de renda. Dessa forma, concluímos que esse resultado, em boa parte, foi fruto de um cenário macroeconômico favorável, devido ao crescimento da economia mundial, até 2007, e, depois disso, à relativamente boa recuperação das economias em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, acreditamos que o Brasil, ao

buscar barrar as políticas neoliberais e realizar políticas pró-trabalhadores, obteve resultados mais significativos na melhora do mercado de trabalho. Já a Venezuela passou pelas mudanças políticas mais profundas, realmente negando a doutrina neoliberal e, em boa medida, o próprio capitalismo. Entretanto, poucas políticas foram voltadas para os trabalhadores assalariados e ao mesmo tempo houve uma tentativa de enfraquecer o movimento sindical, talvez em parte por ser não ser considerado necessário em uma sociedade socialista (IRANZO, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos 1990 a doutrina neoliberal foi aplicada em quase todos os países da América Latina. Naquele momento, o discurso a favor do livre-mercado ganhava força como o único modelo que poderia recuperar as taxas de acumulação capitalista. Os países latino-americanos, que vinham sofrendo com crise da dívida, adotaram as políticas do chamado Consenso de Washington para garantir financiamentos das suas dívidas externas e de seus projetos internos dos países.

Entre as medidas do “ajuste estrutural” estava o afastamento do Estado das políticas macroeconômicas, ditadas agora por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Assim, se passou a negar as políticas desenvolvimentistas e nacionalistas do período anterior.

Com relação ao trabalho a recomendação era desregulamentar e flexibilizar o mercado de trabalho para reduzir os custos trabalhistas. Tais medidas, em um contexto de financeirização, globalização e reestruturação produtiva, levaram ao aumento do desemprego e à precarização das condições de trabalho. A taxa média de desemprego da América Latina foi de 8,2% para 10,8% entre 1990 e 1999. O emprego informal cresceu 6,9 pontos percentuais nos anos 1990, chegando no final da década a quase 60% da população ocupada.

Os anos 1990 ficaram marcados, para a América Latina, por um baixo crescimento econômico, pela deterioração do mercado de trabalho e pelo aumento da desigualdade de renda. Enquanto as políticas neoliberais foram prejudiciais para os trabalhadores, através dela fortaleceu-se o poder das classes dominantes.

Ainda nos anos 1990 começaram a surgir movimentos sociais e grupos políticos críticos ao modelo neoliberal, que foram se fortalecendo a medida que os países iam apresentando piores em relação ao emprego e à distribuição da renda. Este contexto levou à ascensão de governos que se opunham à doutrina pregada pelo Consenso de Washington, voltados para uma maior intervenção do Estado na economia.

Ao mesmo tempo em que a virada do século traz um novo cenário político para alguns países, há uma mudança no contexto econômico internacional. O PIB

mundial volta a crescer, puxando o crescimento econômico dos países latino-americanos. Neste período há uma melhora do mercado de trabalho na maioria dos países da América Latina, com uma redução do desemprego.

Dado que os três países aqui analisados foram beneficiados pelo cenário externo favorável, basicamente pelo aumento do preço externo das commodities – resultado, em grande medida, do crescimento da economia chinesa -, buscamos averiguar se as diferenças na condução de política econômica e social fizeram com que os mercados locais de trabalho tivessem desempenhos distintos.

Observamos que as diferentes vias de desenvolvimento impactaram no mercado de trabalho de formas distintas. Um maior afastamento das políticas neoliberais, como houve no Brasil em relação à Colômbia, fez com que o primeiro gerasse melhores resultados para os trabalhadores. Entre os governos críticos ao modelo vigente nos anos 1990 encontramos diferenças no grau de afastamento das políticas do período. A Venezuela implementou mudanças muito mais profundas que o Brasil, algumas bem sucedidas outras não, buscando uma transição para um modelo socialista. Por um lado, conseguiu se afastar do neoliberalismo, por outro, o centralismo do papel do Estado trouxe falta de autonomia aos trabalhadores, renegando o papel do movimento sindical, ao mesmo tempo em que realizou poucas políticas para os trabalhadores assalariados.

A taxa de desemprego sofreu redução em todos os países, entretanto a Colômbia apresentou o ritmo mais lento de queda e mais dependente do desempenho econômico, além disso o país não conseguiu reduzir a informalidade mesmo em um cenário de crescimento do PIB e redução do desemprego. Relacionamos esse desempenho à manutenção e ampliação do modelo neoliberal no país que seguiu um ritmo de desregulamentação e flexibilização.

Já o Brasil serviu de exemplo para refutar a ideia da necessidade de flexibilização e de desregulamentação para melhorar o desempenho do mercado de trabalho. O país, ao barrar o avanço neoliberal, conseguiu reduzir o desemprego, aumentar a formalização e ainda aplicar uma política significativa de valorização do salário mínimo.

A Venezuela, apesar das tentativas, encontrou dificuldades de estabelecer uma nova forma de produção socialista e estabelecer novas relações trabalhistas. Tanto

o salário mínimo como o médio sofreram desvalorizações reais no período analisado. Mesmo com dificuldades, o país conseguiu reduzir substancialmente - de 15% para 8,1% - o desemprego no país e manteve esta queda nos momentos de enxugamento do PIB.

Averiguamos que o cenário externo favorável às economias latino-americanas, gerando dinamismo interno, trouxe efeitos positivos com relação à redução do desemprego de todos os países analisados. Entretanto, acreditamos que o fim da crença na desregulamentação e na flexibilização do mercado de trabalho em alguns países também colaboraram para melhorias. Finalmente, concluímos que a estratégia adotada pelo Brasil surtiu melhores resultados nos indicadores analisados. Sabemos que não foi possível abordar todas as especificidades de cada país que podem ter tido influência no mercado de trabalho, porém buscamos relacionar o desempenho desse mercado com as decisões de política econômica e trabalhistas mais importantes em nossa visão.

Os impactos do neoliberalismo para o trabalhadores nos países latino-americanos são profundos e difíceis de serem revertidos. A precarização do trabalho continua sendo um grande problema, dado que o contexto de globalização e financeirização do capital se mantêm. Pretendemos com este estudo contribuir para a compreensão das alternativas que estão postas com relação à trajetória de desenvolvimento desses países. Desta forma, acreditamos que uma recuperação das condições de emprego são decisivas para se pensar o futuro e a melhoria da qualidade de vida nos países da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALVES, G; CORSI, F.L. Precarização do trabalho e nova precariedade salarial no Brasil na década de 2000. Da tessitura da redundância à intermitência da contingência salarial. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César. **Trabajo y modelos productivos em America Latina**: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Juliana Barcelar de; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. Mercado de trabalho na América Latina: panorama recente. **Texto para Discussão da IELA/UFSC**. Florianópolis: IELA/UFSC, 2009.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa. Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. **Textos para Discussão 003**. UFRJ: Instituto de Economia, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 65-74, 2005.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In.: Barbosa Lima Sobrinho et al. **Em Defesa do Interesse Nacional**: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 14, p. 153-174, 2000.

CALVETE, Cássio. Impactos da financeirização no mundo do trabalho. In. Macambira, Júnior; CARLEAL, Liana. **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Políticas neoliberais e o desastre no mercado de trabalho da América Latina nos anos 90. **Textos para discussão da Rede de economia global e desenvolvimento sustentável**, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE — CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2007.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE — CEPAL. **Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2010-2011**. p. 67. Santiago, 2011.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE — CEPAL. **Estatísticas Sociais**. Santiago, 2014.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **A presença da China na América Latina no século XXI** – suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 119 f., 2013.

Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento— CODHES . **Boletín Informativo**, n. 75, Bogotá, 2009.

CORSI, Francisco Luiz. América Latina e Globalização: Uma análise das estratégias de desenvolvimento. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 29., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008.

CORSI, Francisco Luiz . Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento na América Latina. In: XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2010, Lisboa. **Anais...**Lisboa, Associação Portuguesa de História Econômica Social, 2010.

DUPAS, Gilberto. A nova lógica global e os processos de integração latino-americanos. In: **América Latina no início do século XXI: perspectivas sociais econômicas e políticas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Editora da Unesp e Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, p.78, 2005.

ELICABIDE, Laura Carla Moisés. Transformaciones en las relaciones laborales Colombia y Brasil: Entre la flexibilización y la Regulación. In: Congresso Latino-americano de Estudos do Trabalho, 2013, São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2013.

FIORI, José Luís. As vitórias da esquerda na América do Sul. **Margem Esquerda**, n.9, Boitempo editorial, 2007.

GIRALDO, Fernando Urrea. Dinámica de reestructuración productiva, cambios institucionales y políticos y procesos de desregulación de las relaciones asalariadas: el caso colombiano. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César. **Trabajo y modelos productivos em América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

IGLECIAS, Wagner; CARDOSO, Eliel Waldvogel; STREICH, Ricardo Neves. **Estratégias de desenvolvimento em questão: o debate sobre o papel do Estado**

no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989-2010. In: Primeiras jornadas de Planejamento Econômico e Social. Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Santiago: Nações Unidas, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad.** Comunicados do Ipea, nº 160, 2013.

IRANZO, Consuelo; RICHTER, Jacqueline. La política laboral en la Venezuela de Hugo Chávez Frías. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 11, n. 18, 2006.

IRANZO, Consuelo. Chávez y la política laboral en Venezuela. **Revista Trabajo**, Cidade do México, n. 6836, p. 5-38, 2011.

JENKINS, Rhys. The Latin American Case. **CEPAL Review**, v.103, p. 73-87, 2011.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90.** Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 190 f., 2001.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; MORETTO, Amilton. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, 2013.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de Trabalho, n.4).

LUCENA, Hector. Reestructuración productiva en Venezuela: balance laboral. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César. **Trabajo y modelos productivos em America Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal.** Buenos Aires: CLACSO, 2010.

MACHADO, Eliel. Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje. **Texto para Discussão Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais da Universidade de Londrina.** Londrina, 2004.

MANZANO, Marcelo; SANTOS, Anselmo Luis dos; TEIXEIRA, Marilane. Desenvolvimento econômico e trabalho nos anos recentes. In: KREIN, José Dari (et al.). **Regulação do trabalho e instituições públicas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT. **Panorama Laboral 2000.** Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT. **Panorama Laboral 2002.** Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT. **Panorama Laboral 2012**. Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2012.

POCHMANN, Márcio. O trabalho sob o regime pós-neoliberal no Brasil. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César. **Trabajo y modelos productivos em America Latina**: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

POCHMANN, Márcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século XXI. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior. **Século XXI**: transformações e continuidades nas relações de trabalho. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste do Brasil; Universidade de São Paulo, 2011.

SANT'ANNA, André Albuquerque; AMBROZIO, Marcos Hoelz; MEIRELLES, Beatriz Barbosa. Redistribuição de renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro. **Visão do Desenvolvimento**, n.85, BNDES, 2010.

SINGER, Paul Israel. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1977.

TOLEDO, Enrique de la Garza. NEFFA, Julio César, (coords.). **Trabajo y modelos productivos em America Latina**: Argentina, Brasil, Colômbia, México y Venezuela luego de la crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

TORRES, Roberto Maurício Sanchez. Política Pública Laboral del gobierno de Álvaro Uribe, 2002-2010. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, v. 16, n. 26, 2011.